

Constantino Quarezemin Neto

O HAITI ESTÁ AQUI:
O BRASIL COMO UM DOS DESTINOS DA DIÁSPORA HAITIANA NO
INÍCIO DO SÉC. XXI

Florianópolis

2018



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de História

Constantino Quarezemin Neto

**O HAITI ESTÁ AQUI:
O BRASIL COMO UM DOS DESTINOS DA DIÁSPORA HAITIANA NO INÍCIO DO
SÉC. XXI**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Bacharel/Licenciado em História.
Orientador: Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt

Florianópolis

2018



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Graduação em História

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às 15 horas e 00 minutos, Sala 10 do Departamento de História, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. Dr: Márcio Roberto Voigt (Orientador(a) e Presidente); Prof. Dr: Jonatan Carvalho de Borba (Titular); Diego Pacheco (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 26/HST/CFH/2018, a fim de arguirm sobre o Trabalho de Conclusão de Curso do Acadêmico Constantino Quarezemin Neto, intitulado: **“O Haiti está aqui: o Brasil como um dos destinos da diáspora haitiana no início do séc. XXI”**. Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, o Acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof. Dr: Márcio Roberto Voigt, nota 9,5, Prof. Dr: Jonatan Carvalho de Borba, nota 9,5, Diego Pacheco, nota _____, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 9,5. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 04 de julho de 2018. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 26 de junho de 2018

Prof. Dr: Márcio Roberto Voigt (Orientador(a))

Prof. Dr: Jonatan Carvalho de Borba (Titular)

Diego Pacheco (Suplente)

Constantino Quarezemin Neto (Acadêmico)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico CONSTANTINO QUAREZEMIN NETO, matrícula n.º 17250356, entregou a versão final de seu TCC cujo título é O HAITI ESTÁ AQUI: O BRASIL COMO UM DOS DESTINOS DA DIÁSPORA HAITIANA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 04 de JULHO de 2018.

Orientador(a)

Prof. MÁRCIO R. VOIGT

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Neto, Constantino Quarezemin

O Haiti está aqui: o Brasil como um dos destinos da diáspora haitiana no início do séc. XXI / Constantino Quarezemin Neto; orientador, Márcio Roberto Voigt, 2018. 76 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. História. 2. Migrações internacionais. 3. Diáspora haitiana. 4. História do Haiti. 5. Política externa do Brasil. I. Voigt, Márcio Roberto. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.

A Esther, Maria e Carolina.
As mulheres de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Cumpro aqui dar crédito àqueles cuja contribuição tornou esse trabalho possível, a começar pelo professor Márcio Roberto Voigt, que demonstrou imensa generosidade ao aceitar meu convite para orientação já no decorrer desse semestre derradeiro e depositou grande confiança em minhas capacidades.

À Universidade Federal de Santa Catarina, tão importante e tão ameaçada. Meu agradecimento a essa instituição se estende muito além desse trabalho ou mesmo do curso que concluo. Suas salas, corredores e jardins prestaram enorme contributo ao meu crescimento humano e à lapidação do meu caráter.

A minha mãe, Maria Zaíde, e meu pai, Silvio, que na busca por uma vida melhor para nossa família, deixaram suas terras natais e com enorme coragem, migraram. Seu sacrifício e valentia me inspiram mais do qualquer palavra.

Grato – e com enorme carinho – à memória de minha avó Esther, que legou a mim sua paixão pela escrita e cujo afeto e serenidade continuam a me tocar até hoje.

Ao professor Norberto Olmiro Horn Filho, coorientador, sogro, pai. Que sempre encontrou em meio às suas próprias obrigações e projetos, espaço para me ajudar e encorajar na consecução dessa pesquisa e nos percalços dessa vida.

Por fim e em maior medida, agradeço à minha esposa Carolina, cuja fé em mim desafia qualquer parâmetro e mesmo em face de minhas ausências por ocasião desse trabalho, demonstrou incondicional suporte. Obrigado meu amor.

O tempero do mar foi lágrima de preto.
Papo reto como esqueletos de outro dialeto.
Só desafeto, vida de inseto, imundo.
Indenização? Fama de vagabundo.
(Emicida, 2015)

RESUMO

O debate acerca da imigração ocupa espaço central na arena política global desde o início dos anos 2000, sobretudo pela emergência com que o tema surgiu em virtude dos massivos deslocamentos populacionais ocorridos neste período. O presente trabalho, dentro da área dos estudos migratórios, investiga os contextos que possibilitaram o redirecionamento de parte da diáspora haitiana rumo ao Brasil, ao invés de seus destinos tradicionais, notadamente a partir do ano de 2010, após a ocorrência de um grave terremoto naquele país. A partir do marco teórico do transnacionalismo, foi construído um panorama amplo que demonstra como países de origem e destino contribuem dinamicamente à conformação do fluxo migratório. O estudo perpassa a história haitiana desde o período colonial para comprovar que a marcante tradição migrante desse país é um processo historicamente construído e não se limita apenas ao abalo sísmico de 2010, englobando questões de cunho social, econômico, político e simbólico. Noutro viés, a pesquisa envolveu as relações e intervenções comandadas pelo Brasil em relação ao Haiti, sobretudo no contexto da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, desvelando também de que maneira os objetivos e manobras brasileiras no âmbito da política externa foram determinantes para a vinda da população migrante haitiana ao país.

Palavras-chave: Migrações internacionais. Diáspora haitiana. Política externa do Brasil.

REZIME

Deba sou imigrasyon delivre espas nan tèren politik Mondyal la depi byen bonè lane 2000, kesyon sa te poze pou ijans ak kèk yo leve byen paske déplacements masiv lane sa ki te fèt pandan tan sa a. Travay sa a, nan zòn nan de etid yo sou imigrasyon te raple, Sur contextes ki pèmèt redirection pati Ayisyen dyaspora a pou Brezil, olye ke yo tradisyonèl lòt zòn ke nan ane 2010, apwè sikonstans yon gwo tranbleman de tè nan peyi sa. Teyorik limit nan transnationalism, sòti te konstwi yon lè ke panorama ki montre kouman sous ak destinasyon peyi kontribye dynamique conformation de migrants pèdi. Etid la se Ayisyen an istwa nan koloni peryòd pou etabli ke a Imigwan tradisyon ke peyi te make se yon pwosè istorikman palan te konstruit e pa te limite sèlman tranbleman te ki pase 2010, qui sosyal, ekonomik kesyon politik ak senbolik. Yon lòt paspouki, rechèch la te enplike relasyon ak entèvansyon ki te dirije pa Brezil with regard to Ayiti, sitou nan yon kontèks nasyon yo nan misyon an pou stabilizasyon an Ayiti, prepoze tou jan a bi ak Bwezilyen manœuvres nan chapant a politik etranjè se te jwe nan moun avènement moun nan popilasyon Imigwan Ayisyen an nan peyi a.

Mots: Entènasyonal sou imigrasyon. Dyaspora Ayisyen. Politik etranje an Brezil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Autorizações para concessão de visto permanente ou residência permanente no Brasil.....	15
Figura 2 Localização geográfica do Haiti no Caribe.....	23
Figura 3 As grandes placas tectônicas no contexto do planeta Terra e em detalhe, a área de estudo, no limite entre as placas tectônicas do Caribe, Nazca, Norte Americana, Cocos e Sul-americana.	47
Figura 4 Sistema de falhamentos nas cercanias da ilha Hispaniola	48
Figura 5 Mapa que mostra as principais rotas migratórias desde o Haiti ao Brasil ...	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Proporção das remessas internacionais em relação ao PIB na América Latina 2000 – 2004	37
Gráfico 2 Proporção das remessas internacionais em relação ao PIB no Haiti 2005 - 2014	37
Gráfico 3 Proporção das remessas internacionais no consumo dos lares receptores na América Latina 2000 – 2004	40
Gráfico 4 Número de imigrantes haitianos com visto de residência permanente nos EUA 1999 - 2014.....	61
Gráfico 5 Taxa média anual de crescimento do PIB por período governamental 1995 – 2014	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

BADEINSO – Base de Estatísticas e Indicadores Sociais

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CNIg – Conselho Nacional de Imigração

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOMIN – Fundo Multilateral de Investimento

GAPA – Grupo de Apoio à Prevenção da Aids

HAPC – Haytian Products Company (Compania de Produtos Haitianos)

HASCO – Haytian American Sugar Company (Compania de Açúcar Haitiana Americana)

IED – Investimento Estrangeiro Direto

MIHAVE – Ministère des Haïtiens vivant à l'étranger (Ministério dos Haitianos Vivendo no Estrangeiro)

MINUSTAH – Missão de Estabilização da Paz no Haiti

MIPONUH – Mission de Police Civile des Nations Unies en Haïti (Missão de Policiamento Civil das Nações Unidas no Haiti)

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PARDN – Plan d'action pour le relèvement et le développement d'Haïti” Plano de Ação para a Recuperação e o Desenvolvimento do Haiti)

PEDs – Países em Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development (Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento)

UNMIH – United Nations Mission in Haiti (Missão das Nações Unidas no Haiti)

UNSMIH – United Nations Support Mission in Haiti (Missão de Suporte das Nações Unidas no Haiti)

UNTMIH – United Nations Transition Mission in Haiti (Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti)

USGS – United States Geological Survey (Observatório Geológico dos Estados Unidos)

VSN – Voluntários da Segurança Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	ERA UM CÔMODO INCÔMODO: por que sair do Haiti?.....	20
2.1	O abalo histórico da síndrome migratória haitiana	21
2.2	O abalo econômico da dependência das remesas externas.....	35
2.3	O abalo sísmico de 2010	43
3	BOA ESPERANÇA: por que vir ao Brasil?	51
3.1	O projeto de participação política internacional do Estado brasileiro e sua atuação na MINUSTAH.....	52
3.2	A deterioração dos destinos tradicionais do deslocamento populacional haitiano	59
3.3	A prosperidade econômica brasileira na primeira década dos anos 2000.....	66
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
	REFERÊNCIAS	74

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe o estudo acerca da diáspora haitiana no início dos anos 2000, mais precisamente, sobre de que maneira o Brasil exsurgiu como um dos destinos preferenciais do fluxo migratório haitiano a partir de 2010, momento em que o número de cidadãos haitianos presentes no Brasil começou a aumentar de forma expressiva.

De fato, o recorte temporal que circunscreve o movimento migratório do Haiti ao Brasil é bastante marcante, conforme apontou o levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg)¹ – órgão que integra o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – ao analisar o número de vistos de permanência expedidos em favor de cidadãos do Haiti. Denota-se que ainda em 2010 foram emitidas apenas quatro autorizações de permanência para haitianos, número que ampliou para 709 no ano seguinte e alcançou 4682 em 2012 (ANDRADE, MORAES e MATTOS, 2013).

Figura 1 Autorizações para concessão de visto permanente ou residência permanente no Brasil

Pais	2011	2012	2013	2014
HAITI	709	4.856	2.072	1.893
BANGLADESH	0	1	47	1.198
SENEGAL	1	0	88	320
GANÁ	0	0	3	140
PORTUGAL	51	76	108	84
FRANÇA	120	161	224	78
PAQUISTÃO	0	0	21	78
ITÁLIA	57	66	86	66
GUINÉ BISSAU	0	2	3	59
ÍNDIA	2	0	0	50
ESPAÑA	55	67	75	44
EUA	60	71	61	36
REINO UNIDO	25	50	60	24
COLÔMBIA	15	25	19	22
ALEMANHA	21	28	32	17
ARGENTINA	3	1	18	18
MÉXICO	14	15	47	17
AUSTRÁLIA	18	17	14	6
CANADÁ	81	82	62	7
RÚSSIA	20	21	15	2
OUTROS	195	263	251	333
Total	1.447	5.802	3.306	4.492

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Base Estatística – CNIg – 2014.

¹ Criado em 1980 a partir da Lei 6.815/80, o Conselho Nacional de Imigração só foi efetivamente regulamentado no ano seguinte por decreto presidencial (Dec. 86.715/81). Trata-se do órgão de abrangência nacional responsável pela organização e implantação das políticas migratórias brasileiras. Embora esteja institucionalmente vinculado ao Ministério do Trabalho, o CNIg é composto de forma mista, com membros também do Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde, Ministério da Indústria e do Comércio e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Sabidamente, o Brasil foi em sua conformação enquanto nação um Estado de imigrantes, no entanto, o debate sobre a temática arrefeceu desde a metade do século XX com o encerramento da vinda massiva de imigrantes europeus. Com efeito, posteriormente a este período foi verificada, inclusive, a ampliação do caráter migrante do povo brasileiro – o que não significa a inexistência de fluxos migratórios para o Brasil neste interim, notadamente a partir de outros países sulamericanos – com o elevado deslocamento de nacionais em direção aos Estados Unidos da América, Itália, Portugal e Japão.

Não obstante, a crise financeira global de 2008 engendrou notável letargia nas economias dos países centrais – destinos típicos de grande parte dos fluxos migratórios – diminuindo a oferta de empregos e provocando o recrudescimento das medidas anti migratórias. Nesse contexto, o Brasil passou a experimentar não apenas a repatriação sistemática de diversos cidadãos, como também o recebimento de estrangeiros, em especial oriundos do Haiti a partir de 2010, ano marcado pelo terremoto que vitimou milhares de pessoas naquele país.

O escopo deste esforço de pesquisa é justamente observar o fenômeno da imigração haitiana para além do desastre ambiental episódico, mas como processo histórico que é de fato, porquanto a ocasionalidade do terremoto é insuficiente por si só para explicar o enorme deslocamento populacional que lhe seguiu. Nesse sentido, busca-se ponderar sobre os principais fatores que expliquem a saída de um grande número de haitianos de sua terra natal e a eleição do Brasil como um dos principais destinos – mas não o único – desse movimento.

O debate acerca da imigração ocupa espaço central na arena política global desde o início dos anos 2000, sobretudo pela emergência com que o tema surgiu em virtude dos massivos deslocamentos populacionais ocorridos neste período, com destaque especial ao povo sírio, cuja fuga dos conflitos severos em seu país lançou à luz o despreparo de diversas sociedades receptoras para o trato com o imigrante ou refugiado e obrigou os países centrais, notadamente europeus, a investir e trabalhar em prol de soluções e compreensões acerca do fenômeno migratório, o que não impediu diversos atores políticos de, em nome de projetos ideológicos, propagar inverdades calculadas acerca do impacto dos processos migratórios.

Dessa forma, o estudo dos fenômenos migratórios é tão urgente quanto desafiador, uma vez que sua diversidade em gênese – humana (guerra), ambiental (desastres naturais), econômica (crise financeira), etc. – e forma inviabilizam uma teoria totalizadora

deste processo e que seja suficiente à sua compreensão em todas as suas variáveis.

No caso específico da imigração haitiana ao Brasil, ressalta-se seu ineditismo, porquanto nosso país nunca foi alvo de deslocamento populacional tão expressivo à partir da região do Caribe. Com efeito, o caráter *sui generis* que reveste o objeto desta pesquisa nos leva à hipótese de que o considerável fluxo migratório haitiano em direção ao Brasil se engendra como um processo histórico e, como tal, sem uma causalidade direta ligada a um único notável acontecimento (terremoto), mas sim a partir de um conjunto de fatores que em contexto específico explicam o fenômeno estudado.

Tendo em mente que a imigração é um fenômeno complexo e multidimensional, é necessária uma interpretação que considere seus diversos elementos (cultural, social, econômico, político e individual) e rompa com o enfoque tradicional que divide a experiência migratória entre o que ocorreu no país de origem e no de destino, buscando uma integração na dinâmica formada entre esses lugares.

Nesse sentido, a pesquisa a ser desenvolvida se arvorará em grande medida nos estudos migratórios pela corrente transnacionalista (Schiller e Basch, 1992, apud PIZARRO, 2008) na ótica de Jorge Martínez Pizarro² (2008), através da qual o fenômeno migratório pode ser compreendido através de uma visão integrativa que se coaduna com as essencialidades dos grandes deslocamentos populacionais no século XXI, sobretudo o liame muito mais denso que une lugares de saída e destino, graças aos acessíveis meios de comunicação instantânea a largas distâncias inerentes ao advento da *internet*, possibilitando trocas materiais e simbólicas não apenas mais numerosas, mas com maior profundidade e velocidade.

Produto dos vínculos familiares, políticos e econômicos entre os lugares de origem e destino se estabelecem formas de vida que transcendem os limites geográficos e políticos dos países, desafiando o poder e o alcance dos Estados para controlar e governar um determinada população em um território delimitado. No marco interpretativo dos movimentos migratórios do início do século XXI, se abandonaram os enfoques que davam ênfase à separação entre lugar de saída e de chegada como espaços insulares e independentes, conectados exclusivamente pelo traslado do imigrante. Na

² Jorge Martínez Pizarro é pesquisador da Divisão de População do Centro Latino americano e Caribenho de Demografia (CELADE), que integra a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em Santiago, Chile. Geógrafo e demógrafo, participou da elaboração de vários estudos sobre população e desenvolvimento na América Latina e no Caribe, especialmente no campo da migração internacional, e é também professor universitário na Pontifícia Universidade Católica do Chile. Ele é autor de numerosas publicações, entre outras, sobre as relações entre população e pobreza; entre migração, direitos humanos, desenvolvimento, globalização e integração; a migração de mão de obra qualificada, gênero e mulher; e estudos nacionais de migração internacional em vários países, bem como população e direitos humanos.

atualidade, reconhece-se a existência de um processo de maior envergadura em que as localidades de origem e destino, assim como todas as pessoas que ficam e as que imigram, são parte de um mesmo sistema. Os imigrantes mantêm os familiares que permaneceram em sua terra, contribuindo assim para a reprodução do sistema cultural e social do lugar de saída, porém através de sua própria experiência migratória redefinem seus elementos culturais e de identidade e conseguem introduzir modificações profundas nos espaços sociais do lugar de chegada.³ (Tradução livre)⁴

E embora este trabalho venha a apresentar inicialmente uma estrutura bipartida entre a análise do Haiti e do Brasil, tal dicotomia se cingirá apenas na organização dos assuntos, porquanto a associação dos elementos *push pull* (LEE, 1914, apud CONTINGUIBA, 2014) será o fio condutor do estudo.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar a recente imigração haitiana ao Brasil, que atingiu um volume estimado de pelo menos 75.000 imigrantes no final de 2015 (CNIg, 2015). Objetiva-se situar o processo emigratório haitiano econômica e socialmente, investigando seus momentos mais marcantes, bem como as especificidades do fluxo ao Brasil. De modo a nos aproximarmos dos objetivos propostos e da verificação da hipótese enunciada acima, a pesquisa foi estruturada em dois capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado “Era um cômodo incômodo: por que sair do Haiti?”, elaborou-se uma investigação acerca da construção histórica do Haiti como um país migrante, ponderando sobre o processo de expulsão populacional deste país como um fenômeno histórico multifacetado, com origens na transformação gradual deste Estado através do tempo em uma economia amplamente dependente. Esta reflexão histórica perpassará o que em nosso entendimento se demonstrou como os principais fatores de conformação política e econômica do Haiti, tocando questões relativas à inserção do país no cenário internacional e sua organização social interna.

³ PIZARRO, Jorge Martínez. América Latina y el Caribe: migración internacional, derechos humanos y desarrollo. Santiago de Chile: CEPAL, 2008. pg. 41.

⁴ Producto de los vínculos familiares, políticos y económicos entre los lugares de origen y de destino se establecen formas de vida que trascienden los límites geográficos y políticos de los países, desafiando lo poder y el alcance de los Estados para controlar y gobernar a una población determinada en un territorio delimitado. En el marco interpretativo de los movimientos migratorios de inicios del siglo XXI, se abandonaron los enfoques que hacían hincapié en la separación entre lugar de salida y de llegada como dos espacios aislados e independientes, conectados exclusivamente por el traslado del inmigrante. En la actualidad, se reconoce la existencia de un proceso de mayor envergadura en que las localidades de origen y de destino, así como las personas que se quedan y las que emigran, forman parte de un mismo sistema. Los emigrantes mantienen a los familiares que permanecieron en su tierra, contribuyendo así a la reproducción del sistema cultural y social del lugar de salida, pero a causa de su propia experiencia migratoria redefinen sus elementos culturales y de identidad y logran introducir cambios profundos en los espacios sociales del lugar de llegada.

No segundo capítulo, intitulado “Boa esperança: por que vir ao Brasil?”, buscou-se examinar a imigração haitiana em direção ao Brasil no âmbito dos diversos fluxos migratórios a partir do Haiti e da sua tradição histórica como país migrante, considerando também a própria contribuição brasileira para o engendramento deste processo, notadamente a partir da presença militar e política no Estado haitiano com a liderança brasileira da Missão de Estabilização da Paz no Haiti, a MINUSTAH. Será analisada, ainda, a deterioração da viabilidade dos destinos mais comuns do fluxo migratório haitiano por fatores econômicos e/ou de enrijecimento das medidas anti-migratórias, bem como o surgimento do Brasil como alternativa a esses países tradicionalmente eleitos, estabelecendo o movimento populacional em estudo que se desenha e acentua a partir 2010.

Dessarte, a pesquisa acerca da imigração haitiana no Brasil será realizada a partir da confluência de elementos inerentes ao Haiti, tais como sua economia e formação político-social, aspectos socioeconômicos internacionais a exemplo da crise financeira de 2008 e a demonização da figura do imigrante estrangeiro após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, além de fatores intrínsecos à política externa brasileira no período e à estabilidade financeira frente à já mencionada crise. Uma vez que, conforme se verá de forma no corpo deste trabalho, acredita-se que somente a partir de uma perspectiva ampla e que considere os múltiplos enfoques supra mencionados é capaz de elucidar o fenômeno migratório haitiano no Brasil enquanto processo histórico.

2 ERA UM CÔMODO INCÔMODO: por que sair do Haiti?

Caracterizado por uma estrutura socioeconômica formada historicamente por relações de dependência (CASTOR, 1978; GRONDIN, 1985) e subalternidade política, o Haiti transformou-se de colônia francesa mais próspera no século XVII ao mais pobre país do continente americano nos dias de hoje a partir da criação e manutenção de fatores de expulsão populacional que engendram sua notável tradição migrante (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016). Com efeito, torna-se marcante a ausência de um senso de pertencimento na vasta maioria da população haitiana.

Além disso, as lutas internas pelo poder e as permanentes intervenções estrangeiras de todo tipo, desde a Colônia até o presente, particularmente a francesa, a inglesa, a espanhola e a norte americana, não permitiram a formação de uma homogeneidade compacta da população. Nem africano, nem americano, profundamente caribenho, o Haiti ainda é somente um país; não é uma nação. Essa situação de transição e de divisão se reflete nos elementos culturais da população e condiciona suas potencialidades em relação ao desenvolvimento.⁵

Esta tradição migrante coloca o Haiti no circuito das migrações internacionais desde o final do século XIX e início do século XX, interregno no qual houve vastos movimentos populacionais em direção à República Dominicana e Cuba (CASTOR, 1978) a princípio, e posteriormente, rumo à França, Canadá e Estados Unidos. Desde 2008, a crise financeira ocasionou o aumento do desemprego e a diminuição da remuneração em diversos segmentos nos países centrais, tal contexto foi prolífico a certos setores políticos destas sociedades receptoras como forma de justificar e acentuar discursos e ações xenófobas, de forma que os povos migrantes nestas localidades passaram a enfrentar obstáculos ainda maiores para se estabelecer nestes países, seja nos esforços para regularização de sua situação burocrática ou para entrada no mercado de trabalho (COVARRUBIAS, 2010).

O agravamento das condições de vida e de trabalho nos destinos centrais do fluxo migratório haitiano engendra um ajuste criativo na dinâmica deste movimento populacional, através de sua expansão para novos locais (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016). É justamente nesta conjuntura que parte dos imigrantes haitianos passa a eleger o Brasil como destino, a partir de 2010 (FERNANDES, 2014; MAGALHÃES, 2017).

⁵ GRONDIN, Marcelo. Haiti: cultura, poder e desenvolvimento. Coleção tudo é história, n. 104. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. pg. 53.

Essa redefinição do fluxo migratório haitiano, como será averiguado, não possui um único fator determinante “dado que a migração é um fenômeno complexo e multidimensional, se faz necessária uma interpretação das consequências sociais, econômicas, políticas, culturais e individuais deste deslocamento em escala mundial” (PIZARRO, 2008, pg. 25, tradução livre⁶). Com efeito, aponta-se que o remanejamento do movimento migratório em estudo se deu em virtude de elementos derivados de três perspectivas, quais sejam, a crise econômica que prejudicou a inserção laboral e o nível de vida dos imigrantes nas sociedades receptoras centrais, a deterioração do quadro político e econômico haitiano a partir de 2004 com a deposição do presidente eleito Jean-Bertrand Aristide e a intervenção militar coordenada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para estabilização do país (SEITENFUS, 2014), e por fim, a expansão econômica brasileira na primeira década do século XXI mesmo em face da primeira fase da crise global e sua subsequente expansão política internacional com um projeto de inserção internacional como Estado mediador que levou à marcante participação na intervenção militar no Haiti.

Segue, dessa forma, a análise detida do contexto histórico haitiano e sua formação como país de tradição migrante.

2.1 O abalo histórico da síndrome migratória haitiana

Ao se observar as narrativas hodiernas que tratam sobre o Haiti, a repetição de certos vocábulos como “pobreza”, “instabilidade” e “diáspora” é mais lamentável do que surpreendente. As sucessivas crises políticas e econômicas que vitimam o país nas últimas décadas já ocupam um lugar mais destacado no imaginário coletivo do que o remoto passado próspero da “Pérola das Antilhas” ou mesmo seu simbólico posto de Primeira República Negra do mundo. Atualmente, o Haiti é muito mais lembrado como o país incapaz de superar um infeliz ciclo vicioso de miséria, golpes políticos e desastres naturais.

Não obstante, em que pese à aparente oposição diametral entre as percepções possíveis sobre o Haiti – desde um dos lugares mais ricos do mundo colonial até o país mais pobre das Américas – todos esses olhares coadunam-se e estão, de fato, intimamente conectados através de um mesmo processo histórico.

⁶ [...] dado que la migración es un fenómeno complejo y multidimensional, se plantea una interpretación de las consecuencias sociales, económicas, políticas, culturales e individuales de este desplazamiento a escala mundial.

Antes mesmo de ser Haiti, a região insular com 76.000km² de área total que hoje compreende esse país e a República Dominicana foi chamada de Hispaniola, nome dado por Cristóvão Colombo ainda em 1492 como um gracejo à Coroa Espanhola, e manteve tal denominação pelo período de dominação integral dos conquistadores espanhóis na área, cuja população nativa, estimada em cerca de 500 mil pessoas, foi reduzida a 60 mil almas no interregno de 15 anos e posteriormente exterminada em menos de um século pelas condições severas de submissão ao trabalho escravo para o minério de metais preciosos e pelas epidemias trazidas pelos colonizadores. Esse abrupto déficit populacional, cujo custo humano jamais poderá ser ressarcido, foi remediado em termos de mão de obra pelo tráfico de africanos para a continuidade das atividades de exploração colonial (GRONDIN, 1985; SANTOS, 2014; MAGALHÃES, 2017).

Antes de Colombo, nenhuma das epidemias comuns na Europa e na Ásia existia nas Américas. Os vírus que causam a varíola, a gripe, a hepatite, o sarampo, a encefalite e a pneumonia viral; as bactérias que causam tuberculose, difteria, cólera, tifo, escarlatina e meningite bacteriana – por uma sutileza da história da evolução, todos eram desconhecidos no Hemisfério Ocidental. Vindas da Europa a bordo de navios pelos oceanos, essas enfermidades consumiram a população nativa de Hispaniola com impressionante voracidade. A primeira epidemia registrada, talvez em virtude da gripe suína, deu-se em 1493. A varíola chegou, terrivelmente, em 1518, espalhando-se pelo México e descendo pela América Central até chegar ao Peru, à Bolívia e ao Chile. Logo em seguida, veio o resto, como uma caravana patogênica.⁷

E justamente através da massiva importação de trabalhadores escravos oriundos das mais diversas etnias africanas – Congos, Ibos, Fans, Quincos, Aradas, Senegaleses e outras (GRONDIN, 1985) – é que ocorreu a mais importante contribuição demográfica para a formação populacional do Haiti nos dias de hoje. Com efeito, o traslado de escravos da África para o empreendimento colonial na ilha era de tal monta, que nos anos que antecederam à revolução, a população de negros cativos alcançava 88% do total de residentes, enquanto negros livres somavam 4,3% e brancos correspondiam a apenas 7,2% (GRONDIN, 1985).

No entanto, a inserção da região do Caribe na economia global com a extensiva extração de metais preciosos e produtos agrícolas através do trabalho incessante de

⁷ MANN, apud MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. Tese (Doutorado) - Curso de Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2017. p. 44

uma crescente população escrava não promoveu notável integração entre as diversas ilhas e seus povos. O Caribe, mais do que um conjunto de ilhas, “é um conjunto de ilhas *isoladas* umas das outras” (GRONDIN, 1985, pg. 18) – a parca comunicação em virtude do mar de difícil navegação e a dependência do sistema administrativo das metrópoles dificultava contatos bilaterais entre as colônias – “Além disso, tais comunicações entre as ilhas se dava quase unicamente entre as classes dominantes e administrativas e não entre os escravos, trabalhadores das plantações ou pequenos produtores rurais que formavam a massa da população.”(GRONDIN, 1985, pg. 18) (Figura 1).

Figura 2 Localização geográfica do Haiti no Caribe



Fonte: Imagem coletada *online*.⁸

Essa espécie de insularidade ampliada entre as colônias caribenhas contribuiria para a ligeira decadência do projeto colonial na ilha de Hispaniola e até mesmo para um abandono geográfico de fato entre os séculos XVI e XVII, uma vez que a Coroa da Espanha encontrou nas jazidas auríferas do México e do Peru centros mais rentáveis para a exploração colonialista (GRONDIN, 1985). De outra banda, é justamente nesse lapso que a presença francesa se inicia na parte ocidental da ilha, já abandonada pelos espanhóis, e “com o recurso a novas técnicas agrícolas, os franceses fazem prosperar a produção açucareira na parte

⁸ Imagem disponível em: <<https://www.worldatlas.com/webimage/countrys/carib.htm>>. Acesso em 20 de maio de 2018.

ocidental da ilha, que rapidamente passa a produzir riquezas importantes para a economia francesa e seu desenvolvimento tecnológico” (MAGALHÃES, 2017, pg. 46).

A partir desse momento é que a região correspondente ao atual Haiti na ilha, então *Saint Domingue* – nome dado pelos franceses em oposição à nomenclatura espanhola – floresce economicamente e passa a representar uma das regiões mais ricas do mundo colonial, tornando-se conhecida como a “Pérola da Antilhas” (GRONDIN, 1985). É neste período que os números associados ao empreendimento colonial do Haiti passam a apresentar montas assustadoras: 793 engenhos de açúcar, 3.117 campos de cultivo cafeeiro, 789 plantações de algodão, 3.115 fazendas de índigo, 54 de cacau, 182 engenhos de cachaça e 370 fornos de cal. Dessarte, no ano de 1789, a colônia de *Saint Domingue* produziu 180 milhões de libras em mercadoria, cifra que ultrapassou com sobras a produção de todas as colônias inglesas e espanholas das Antilhas, que, juntas, produziram mercadorias equivalentes a 117 milhões de libras (SEGUY, 2014).

Com efeito, o dramático crescimento financeiro da região a transformou na mais importante colônia francesa e ampliou ainda mais a necessidade de escravos para o trabalho nas *plantations* de cana-de-açúcar, café e algodão, o que resultou num aumento populacional de tal proporção que, ao fim do século XVIII, os residentes da porção francesa da ilha somavam meio milhão de habitantes, em notável descompasso com a singela população seis vezes menor – de 80 mil pessoas – na parte espanhola. (GRONDIN, 1985; SANTOS, 2014; MAGALHÃES, 2017).

O Haiti, muito conhecido como “a pérola das Antilhas”, era realmente uma jóia entre as colônias. No último quarto do século XVII, era a única colônia que produzia, ao mesmo tempo, açúcar, café, anil, e algodão em grande escala. Suas exportações correspondiam a 40% do PNB da metrópole (França); e seu comércio em 1788, de 42 milhões de dólares, era superior ao dos Estados Unidos. [...] Era tal a riqueza da colônia do Haiti que a França, derrotada pela Inglaterra, preferiu ceder, pelo tratado de Paris (1763), a colônia do Canadá a perder o Haiti.⁹

Insta ressaltar que as tensões advindas da divisão da ilha de Hispaniola entre espanhóis e franceses foram agravadas pelo distinto grau de desenvolvimento das respectivas regiões e pelos próprios conflitos nos quais as metrópoles estavam envolvidas no velho continente. De fato, foi apenas no final do século XVII que as duas potências chegaram a um acordo formal para partição do território, com o Tratado de *Ryswick*, muito embora a

⁹ GRONDIN, op. cit., pg. 53.

demarcação oficial das fronteiras não tenha arrefecido as hostilidades entre as regiões, que no futuro se desdobrariam na espinhosa relação entre Haiti e República Dominicana (MAGALHÃES, 2017).

Assim, em 1697 é assinado o Tratado de Ryswick, o qual divide a Hispaniola em uma parte ocidental, correspondente a 1/3 da ilha e que fica sob o domínio francês – o atual Haiti – e uma parte oriental, correspondente aos 2/3 restantes da ilha, sob o domínio espanhol – a atual República Dominicana.¹⁰

Tampouco a paz selada entre as metrópoles evitou a eclosão de rebeliões nas colônias como passou a ocorrer na região correspondente ao Haiti, em que o esteio da própria revolução francesa alcançou os negros cativos e libertos – cujo volume populacional, repita-se, era muitíssimo maior que o dos residentes brancos na ilha, uma vez que “absolutamente todas as tarefas produtivas eram realizadas sob regime de trabalho escravo” (MAGALHÃES, 2017, pg. 40) – que por sua vez elegeram o ideário abolicionista como bandeira principal no início das insurgências em 1791. Os escravos, ao entrarem em contato com a narrativa e o discurso da revolução francesa, adaptaram-nos à sua própria realidade: os cativos brancos da França levantaram-se contra seus senhores e os exterminaram para usufruir verdadeiramente de sua terra e da liberdade. E ainda que essa visão represente um reducionismo dos mais equivocados em termos críticos, a essência do movimento revolucionário se traduziu de forma bastante clara aos *jacobinos negros* (JAMES, 2010), “se havia Igualdade, Liberdade e Fraternidade em solo francês, deveria existir também em solo haitiano” (MAGALHÃES, 2017, pg. 40).

Mediante tal estrutura social, não era incomum o desencadeamento de rebeliões, merecendo destaque a Rebelião de 1791, a Rebelião dos Escravos. A Revolução Francesa, em 1789, instituiu uma convenção na qual proclamava a libertação dos escravos nas suas colônias. A notícia chegou rapidamente a São Domingos e, incitados pelos mulatos, os escravos iniciaram a rebelião, destruíram plantações, engenhos e abandonaram seus postos.¹¹

Em pouco tempo, o movimento liderado por Toussaint L’Ouverture, Jean Jacques Dessalines e Henri Cristophe obteve estrondosa vitória com a abolição do regime escravocrata – apenas 4 anos após o início das insurgências – e ampliou o espectro da luta

¹⁰ MAGALHÃES, op. cit., pg. 46/47.

¹¹ FARIA, Andressa Vírginia de. A Diáspora Haitiana para o Brasil: o novo fluxo migratório (2010-2012). Dissertao apresentada ao Programa de Pós-Graduao em Geografia – Tratamento da Informao Espacial da Pontcia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, 2012. pg. 54.

social, introduzindo uma nova classe aristocrática negra, os *grós neg*, nos altos escalões administrativos da colônia, seja no comando do exército ou das grandes propriedades fundiárias (GRONDIN, 1985; FARIA, 2012; SANTOS, 2014). De fato, é apenas em 1795 que o conflito pela independência da colônia se desenvolve e o ineditismo de seu êxito só é comparável ao ineditismo de sua violência.

O número cada vez maior de negros insurrectos se lançava em combate sangrento contra as forças coloniais estacionadas na região e mercenários enviados a serviço da metrópole. Ambos os litigantes fizeram uso extensivo da tática de incinerar os campos de cultivo e destruir os engenhos de produção pelo país: os insurgentes como forma de expulsar seus antigos senhores e o símbolo de seu poder, os colonialistas com fito em prejudicar o abastecimento alimentar dos revoltosos (GRONDIN, 1985; FARIA, 2012). Com efeito, “em novembro de 1803, quase toda a colônia antigamente florescente, era um grande cemitério de cinzas e escombros”, (LEPKOWSKI, 1968, apud FARIA, 2012).

Em 1801, Napoleão Bonaparte lança mão do envio direto de tropas imperiais – cerca de 25 mil homens – até a colônia revoltosa, com o escopo de esmagar definitivamente o absurdo da revolução negra e retomar o quanto antes o domínio e os ganhos mercantis na ilha. Ironicamente, as epidemias, aliadas europeias no primeiro momento da conquista do continente americano, foram decisivas para o fracasso da manutenção da colônia do Haiti, uma vez que um surto de febre amarela – entre outras doenças tropicais – provocou severas baixas no exército napoleônico, vitimando inclusive o comandante das forças e cunhado do Imperador, Charles Leclerc, que morreu pela enfermidade (FARIA, 2012). Nem mesmo a captura e posterior morte de um dos líderes do levante – Toussaint L’Ouverture – logrou ameaçar a vitórias dos revolucionários negros que, em 1804, expulsaram definitivamente as forças da metrópole e declararam sua independência (GRONDIN, 1985; FARIA, 2012; SANTOS, 2014).

Depois de uma luta tirânica contra 60 mil veteranos das conquistas napoleônicas, os ex-escravos sacodem a dominação colonial em 1804, no início do século 19, e proclamam a independência. A revolução se baseava em um consenso sobre a abolição da escravidão, a consolidação da independência e a construção de um novo país, no qual não se excluía de nenhuma maneira interesses múltiplos e contradições na nascente sociedade.¹²

¹² CASTOR, 2008, apud MAGALHÃES, op. cit., pg. 66.

O regime de trabalho escravo nas extensas plantações de cana, café e algodão cedeu lugar à agricultura de subsistência. “A potência produtora de açúcar retirou-se do mercado mundial e abandonou o status de colônia mais produtiva, dando lugar a um país independente, mas bem menos rico” (FARIA, 2012).

É de se ressaltar que, a despeito da proclamação da república no Haiti, a sua conquista por “um conjunto de antigos escravizados negros libertos por seus próprios meios após guerream contra o exército do mestre branco, o maior da época” (SEGUY, 2014, pg. 317) enviava uma mensagem perigosa na visão das grandes potências imperialistas da época, muitas ainda assentadas economicamente sobre a estrutura do trabalho servil e exploração colonial. Dessa forma, os vinte anos que seguiram à independência vitoriosa do haitianos foram marcados pela pressão conjunta desses países pelo pagamento de uma vultuosa indenização à França, embargos econômicos, além da constante ameaça de invasão da ex-metrópole para reestabelecer a escravidão colonial. Somado ao sufocamento político externo ainda houve o esgotamento do solo haitiano pelos anos de uso extensivo das *plantations* e a devassa dos campos de cultivo pelas táticas de guerra incendiária (MAGALHÃES, 2017).

Denote-se ainda que a dívida do Haiti com a França teve seu saldo adquirido pelo *Export-Import Bank*, transformando-se numa dívida com os próprios Estados Unidos da América. Entre os anos de 1870-1875, cerca de 60% da receita do Estado haitiano era direcionada ao pagamento da dívida de independência (MAGALHÃES, 2017).

O Haiti precisava ser condenado à miséria como um exemplo para as demais economias subalternas do globo. A mensagem das potências imperialistas para o mundo e para a primeira República Negra era a de que se o Haiti não pudesse ser da França, seria terra de ninguém. Se não pudesse ser governado por brancos, seria ingovernável por negros e nada ali poderia fruir, desde novos campos até um novo povo (GRONDIN, 1985). Essa política de destruição sistemática obteve notável êxito e suas consequências nefastas são sensíveis até hoje. Isto porque, para além do embate militar pela conquista da independência e político/econômico para sua afirmação, a população haitiana passava por seus próprios processos internos de estruturação e embates sobre o projeto de país antagonizados entre a grande massa populacional de escravos libertos que ambicionavam desfrutar das benesses do trabalho livre e da posse de terras; e uma nova elite negra/mulata que se interessava por mudanças limitadas, mantendo o poder político e a posse latifundiária para si (MAGALHÃES, 2017).

Depois de lutar por sua liberdade contra os brancos, os ex-escravos tiveram que lutar, durante quase um século, contra os mulatos e os negros da elite pela terra que haviam libertado. [...] O processo de acesso à terra fez com que o camponês haitiano não esteja seguro de que a terra que pisa seja sua. É possuidor, não se sente proprietário. Essa situação ajudou a manter nele a impressão de que o Haiti é ainda uma terra alheia, onde ele continua vivendo 'de passagem'. [...] Esse sentimento se encontra, porém, na elite. Para ela, o Haiti lhe pertence.¹³

De 1820 a 1915, a economia haitiana retomou a exportação de gêneros agrícolas, assentada em grande medida no cultivo do café, não obstante, sem o mesmo alcance e nível produtivo dos tempos coloniais. O autoritarismo militar gradativamente se imiscui visceralmente nos governos que se sucedem entre mulatos e negros, e os ideais revolucionários de igualdade e justiça são paulatinamente abandonados. Com efeito, dos 22 presidentes do Haiti no período entre 1843 e 1915, 21 foram assassinados ou depostos. (FARIA, 2012).

O Estado haitiano tem representado historicamente o paradigma do Estado predatório. Constituindo-se como agência de um grupo ou classe, o estado predatório [...] é dessa maneira a estrutura despótica de poder que exaure seus cidadãos sem devolver nada em troca; sua total falta de confiabilidade suprime até mesmo os murmúrios de democracia.¹⁴ (Tradução livre)¹⁵

Desde então a estrutura social haitiana divide-se em três espectros principais: os mulatos situados nas estruturas de poder do país, os negros abastados que alternavam entre o antagonismo e a associação à elite mulata e, finalmente, a grande massa populacional negra de caráter rural que compreende cerca de 80% do total de residentes. “Esses três grupos diferem profundamente nas características mais importantes: renda, ocupação, habitação, instrução, língua, religião, organização familiar. Entretanto, os mulatos e a elite negra compartilham muitas dessas características” (GRONDIN, 1985, pg. 39). Este contorno racial que se apresenta no recorte social haitiano é expressado com clareza no ditado popular local: *nèg rich sé mulat, mulat pòv sé nèg* (negro rico é mulato, mulato pobre é negro) (GRONDIN, 1985).

E é justamente em meio ao quadro desalentador do pós-independência no final do século XIX que parte da população haitiana adere ao movimento migratório na busca por

¹³ GRONDIN, op. cit., pg. 54/55.

¹⁴ FATTON JR, Robert. Haiti's predatory republic: the unending transition to democracy. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002. pg. 27.

¹⁵ The haitian state has historically represented the paradigmatic predatory state. Constituting the 'agency of a group or class', the predatory state [...] is thus a despotic structure of power that preys on its citizens without giving much in return; its total lack of accountability suppresses even the murmurs of democracy.

melhores condições de vida e trabalho, uma vez que as terras exauridas de seu país natal diminuíram severamente a capacidade e as áreas de cultivo. Nesse primeiro momento o destino eleito foi a vizinha terrestre República Dominicana, cujos campos férteis próximos à fronteira com o Haiti foram utilizados para o plantio da cana de açúcar. Assim, milhares de haitianos cruzavam a fronteira terrestre sazonalmente para o corte da cana, retornando ao fim do ciclo de colheita. Esse movimento migratório pendular persiste até os dias atuais, tendo sido sistematizado pelos governos dos dois países ao longo dos anos, especialmente na época da ditadura Duvalierista no Haiti (GRONDIN, 1985; SANTOS, 2014).

Na primeira década do século XX, Cuba também emerge na rota migratória haitiana, uma vez que sua indústria açucareira passava por um momento de franca ampliação e havia carência de mão de obra suficiente à produção intensiva. As estimativas apontam que durante o período compreendido entre 1913 e 1931, Cuba tenha recebido cerca de 40.000 emigrantes haitianos para trabalhar nos canaviais. Este fluxo migratório manteve-se até o fim da Segunda Guerra Mundial, sendo substituído posteriormente por outros territórios francófonos do Caribe como Guadalupe, Martinica, Guiana Francesa e *Saint Martin* além da República Dominicana, Estados Unidos, França e Canadá (FARIA, 2012).

Dassarte, já é possível perceber que a migração haitiana não é um fenômeno recente ou fundado em elementos isolados, senão gradualmente construído desde o período colonial do país e protraíndo-se no tempo dentro de diversos contextos que ensejaram a manutenção desse quadro por gerações.

Vários fatores se combinaram para produzir o cenário de instabilidade e pobreza que atravessa séculos e gerações: a) a pesada indenização cobrada pela França para reconhecer a independência do país depois de ter visto seus colonos serem mortos ou expulsos da ilha; b) o forte embate entre mulatos e negros no período de constituição nacional; c) a dificuldade de se instaurar e reconhecer uma classe dirigente que se impusesse legitimamente, e que defendesse os interesses nacionais; d) o legado escravocrata, posto que, mesmo após a independência, conquistada graças ao levante dos escravos, as massas recém-libertas não tiveram acesso à posse dos meios de produção, particularmente a terra, ou ao trabalho assalariado; e) a herança monocultora que se tornou cega à necessidade de diversificar a economia para que o mercado interno fosse sustentável. Diante deste quadro, é plausível que o surgimento e intensificação dos fluxos migratórios internacionais de haitianos estejam diretamente relacionados com as sucessivas crises políticas e com as e cassas alternativas de saída da pobreza.¹⁶

¹⁶ BAPTISTE e VIEIRA, 2016, apud MAGALHÃES, op. cit., pg. 70.

Vale mencionar que é também no início do século XX, mais precisamente em 1915, que o Haiti volta a ser ocupado por uma potência global, desta vez, os Estados Unidos da América, cujo interesse na região teve início em 1904, com a construção do Canal do Panamá, tornando o Haiti geograficamente estratégico para a proteção da linha marítima que levava ao canal (GRONDIN, 1985).

Assim, sob a escusa de garantir a estabilidade na região e fomentar a democracia no país, os Estados Unidos da América permaneceram até 1935 no controle efetivo do Haiti em uma política neocolonial, esmagando revoltosos, alimentando governos submissos, transportando todas as reservas do Banco Nacional da República do Haiti para o *National City Bank of New York* e aparelhando a economia da jovem nação aos seus interesses, sobretudo através da promulgação de uma nova constituição que permitiu a posse de terras haitianas por investidores internacionais, o que abriu caminho para que grandes empresas estadunidenses como a *Haytian American Sugar Company* (HASCO) e *Haytian Products Company* (HADC) operassem um verdadeiro processo de recolonização do país (SANTOS, 2014; SEGUY, 2014).

A ocupação estadunidense [...] mostrou às elites haitianas que apesar de todos os seus esforços, permaneciam sendo incorrigíveis Criolos sob o olhar do mundo civilizado... pouco melhores que seus irmãos retintamente negros nas áreas rurais, e igualmente inadequados para entrar em casas americanas pela porta da frente. Acidentalmente, William Jennings Bryan, então Secretário de Estado, resumiu a mentalidade estadunidense em relação ao Haiti: ... “Minha nossa! Imagine isso! Criolos falando francês!”¹⁷ (Tradução livre)¹⁸

Após o fim da intervenção dos Estados Unidos da América, o Haiti seguiu instável e com uma frágil democracia que alternou lideranças negras e mulatas resistindo até 1957, momento em que exsurge a liderança sangrenta de Jean François Duvalier, que ficou conhecido como *Papa Doc* (papai médico), cujo governo alcançou níveis extremos de autoritarismo e repressão. As milícias formadas sob seu comando, os Voluntários da Segurança Nacional (VSN), espalharam o medo pela população – sendo inclusive conhecidos por *tontons macoutes*, que na língua portuguesa encontra paralelo com as figuras do *velho do*

¹⁷ WILENTZ, apud FATTON JR, op. cit., pg. 36.

¹⁸ The U.S. occupation [...] taught the elite that despite their best efforts, they were still unregenerate Negroes in the eyes of the civilized world... hardly better than their coal-black brothers in the fields, and often equally unfit to enter the American's houses through the front door. Unwittingly, William Jennings Bryan, then Secretary of State, summed up American attitudes about the Haitian elite: ... 'Dear me! Think of it!' he said 'Niggers speaking French!'.

saco ou *bicho papão* – e garantiram o silêncio de qualquer voz opositora através da violência. Tudo isso sem sequer mobilizar o exército *de facto* do país (GRONDIN, 1985; FARIA, 2012; SANTOS, 2014).

Sob o terror da dinastia *Duvalier* – inicialmente por Jean François, a *posteriori* por seu filho Jean Claude após a morte do patriarca em 1971 – a diáspora haitiana ganhou contornos políticos em adição aos já conhecidos fatores laborais, econômicos e de precariedade social. O país “sofreu uma fuga de cérebros inigualável e incapacitante que roubou o pequeno país de muitos de seus cidadãos mais capacitados” (FARIA, 2012). Não apenas, grande parte da classe média deixou o Haiti rumo à costa leste dos Estados Unidos da América principalmente, mas também para outras ilhas francófonas do Caribe até França e Canadá (FARIA, 2012; SANTOS, 2014).

Mesmo sem compartilhar da mesma autoridade e talento político de seu pai, Jean Claude Duvalier, o *Baby Doc*, permanece no poder até 1986 (GRONDIN, 1985), assentado num Haiti inteiramente aparelhado para lhe servir, pois a ditadura duvalierista já havia alijado seus opositores mais significativos, além de assegurar a manutenção do poder político e econômico das elites locais e alinhar-se ao bloco dos Estados Unidos da América no contexto da Guerra Fria, obtendo a bênção estadunidense por afastar o perigo do comunismo no Caribe (FARIA, 2012; SANTOS, 2014). É nesse contexto de relações aprofundadas com os EUA, que o Haiti passa por um ligeiro processo de industrialização, assentado firmemente na exploração sistemática da já barata mão de obra local para a produção de bens elaborados e semi elaborados a custos ínfimos, que nunca circularam pelo mercado interno do país, sendo integralmente destinados ao mercado estadunidense (MAGALHÃES, 2017).

Com efeito, é justamente diante da pressão dos EUA sobre o governo frente a uma onda de violência incontrolável no Haiti – comprometendo a produção dos produtos industrializados anteriormente referidos – que *Baby Doc* decide abandonar o país e a presidência vitalícia que seu pai lhe havia legado. Infelizmente, o exílio do ditador na França não foi o anúncio de tempos mais prósperos à nação haitiana, muito embora a proporção de 35 prisões para cada escola secundária no país revele a herança funesta do período ditatorial (FARIA, 2012). Os quatro anos que se seguiram foram marcados por governos provisórios e conflitos internos à elite que esgrimava entre si na ocupação do vácuo de poder deixado pela ditadura. Nessa esteira, foi apenas em 1990 – e com o suporte atento da comunidade internacional através da Organização das Nações Unidas (ONU) – que uma eleição

presidencial pôde ser disputada no Haiti. Seu vencedor foi Jean-Bertrand Aristide, ex-pradre salesiano vinculado à Teologia da Libertação que tomou posse do cargo presidencial no início de 1991, apenas para ser deposto em outubro do mesmo ano por um golpe militar que alçou o general Raoul Cedras ao poder e iniciou um novo período de severa repressão e violência no país (FARIA, 2012; SANTOS, 2014).

Em resposta foram arbitradas punições na forma de agressivos embargos contra a já débil economia haitiana, o que significou um revés efêmero contra as elites locais – que em certos contextos até prosperaram com o contrabando de bens embargados e a prática de preços extorsivos em insumos elementares – mas um duro golpe contra a vasta maioria da população, cujas parcas condições de vida foram ainda mais severamente prejudicadas.

a redução de 29.780 postos de trabalho nos setores eletrônico, desportivo, de brinquedos e vestuário; a perda de 200.000 empregos formais, afetando mais de um milhão de pessoas (dependentes), o que corresponde a 15% da população haitiana; o aumento do preço de alimentos básicos, tais como o arroz (em 137%) e o milho (em 184%), acarretando a diminuição de refeições diárias do haitiano (de duas, em 1990, para uma, em 1995); a diminuição da renda per capita em 30%; a elevação das taxas de inflação em 138%.

(...)

No que concerne à saúde pública, o corte do acesso a bens como a água e o petróleo também causaria prejuízos desproporcionais à população civil. Em 1995, apenas 35% dos haitianos detinham acesso à água potável, enquanto em 1990, este índice chegava a 53%. O embargo ao petróleo não apenas aumentou o preço de medicamentos, mas fez com que ambulâncias não pudessem conduzir doentes a postos de atendimento, resultando em mortes. Ainda, a diminuição do querosene provocaria o colapso do sistema de refrigeração de vacinas que, combinado com o fechamento de inúmeros postos de saúde pública, conduziu a uma considerável redução do alcance de cobertura da imunização de crianças (passando de 40%, em 1990, para menos de 12% em 1993). Esta queda, associada à vedação da entrada de um montante de vacinas em solo haitiano, contribuiria para uma epidemia de sarampo, na qual 15% dos casos revelaram-se fatais.¹⁹

Ao fim e ao cabo, “este instrumento legítimo de pressão internacional parece ter violado ainda mais os direitos humanos fundamentais da população haitiana, ocasionado, por sua vez, reflexos estruturais sobre o país” (FARIA, 2012, pg. 61). Dentro dessa conjuntura de violência e precariedade, mais de 300 mil pessoas são deslocadas para fora de suas casas no Haiti e uma massiva onda migratória se estabelece com destino à República Dominicana e

¹⁹ GIBBONS e GARFIELD, 1999, apud FARIA, op. cit., pg. 61.

ao Canadá. Para mais, tem início o triste fenômeno dos boat people, entre os anos de 1991 e 1994 cerca de 70 mil pessoas partiram da costa haitiana a bordo de embarcações improvisadas e precárias na esperança de chegar aos Estados Unidos da América, muitos não tiveram êxito devido a naufrágios ou mesmo por capturas em alto mar pelas forças estadunidenses que os detiveram na base de Guantánamo em Cuba e, posteriormente, os extraditaram, encarando o episódio pelo viés da segurança nacional e não de uma crise humanitária (GRONDIN, 1985; FARIA, 2012; SANTOS, 2014), inversão comum nas políticas estatais com relação à migração.

Nem mesmo a restituição de Aristides à presidência para o término de seu mandato – através do apoio dos EUA – ao final de 1994, promove uma diminuição nas atividades milicianas pelo país ou mesmo uma melhora significativa no nível de vida da população (GRONDIN, 1985; FARIA, 2012). Tampouco a manutenção do regime democrático até 2004, com a realização de duas eleições nesse interim corresponde a uma solidez democrática de fato, porquanto as votações sempre se mostraram esvaziadas pela violência das forças paramilitares que nunca foram realmente suprimidas no país (FATTON JR., 2002). Com efeito, mesmo durante este curto período, o Haiti recebeu quatro missões da ONU, cujo resultado não pode ser considerado positivo, uma vez que o mesmo Jean-Bertrand Aristide – dessa vez exercendo sua segunda eleição como presidente – foi obrigado a renunciar e fugir do Haiti por paramilitares que dominaram o país desde o norte até chegarem à capital Porto Príncipe, em mais uma fracassada tentativa de democratização haitiana.

O Haiti nunca teve regimes democráticos precisamente porque as forças políticas mais importantes - as forças armadas, a burguesia estatal prebendária e a burguesia do setor privado - sempre acreditaram que tinham mais a ganhar sob uma ditadura e mais a perder sob uma democracia. Esta última significaria inevitavelmente competições para cargos públicos e o direito de governar legitimamente. Uma democracia teria levantado questões sobre a eficácia do governo, responsabilidade pública, equilíbrio, justiça e igualdade - todas ou qualquer uma das quais teriam ameaçado os interesses dos beneficiários do sistema estatal prebendário ... [A] probabilidade de sucesso de uma transição para a democracia no Haiti, mesmo para um governo democrático que buscasse preservar os interesses das elites poderosas e abastadas, era muito remota. Foi assim porque as democracias, por mais conservadoras e repressivas que sejam, são imprevisíveis: elas podem criar oportunidades para forças sociais que se beneficiem mais de tal

regime para promover seus interesses e desafiar privilégios estabelecidos.²⁰
(Tradução livre)²¹

Em vista da situação de agravado caos erigida com a fuga do presidente, o Conselho de Segurança da ONU, por meio da Resolução 1542, aprova uma nova missão de paz para contornar o quadro haitiano, a MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti –, que contou com a liderança militar e organizacional do Brasil (FARIA, 2012; SANTOS, 2014) e será abordada com mais profundidade em outra etapa deste trabalho.

Como visto, para além de um caráter episódico, os grandes movimentos populacionais – tanto de natureza interna quanto para fora do país – permeiam toda a história haitiana desde o descobrimento e sua inserção no mercado global e na divisão internacional do trabalho. A sucessão ininterrupta de severas crises econômicas, políticas e humanitárias contribui para a conformação de uma ruptura tão profunda no tecido social do país ao ponto de erigir o imaginário de uma terra “amaldiçoada” em que a prosperidade e, em última análise, a própria felicidade não pode ser encontrada.

Tal percepção se reforça no contato cada vez mais rico e frequente com os próprios migrantes, cujos relatos e, sobretudo, as remessas monetárias são o testemunho definitivo da idéia de que o primeiro passo para uma vida digna deve ser dado para fora da parte ocidental da ilha de Saint Domingue.

O fato de ser diáspora implica, principalmente do ponto de vista dos que ficam e das expectativas dos que saem, possuir dinheiro, ser uma pessoa bem sucedida economicamente. Pelo seu status social e econômico, na maioria das vezes, a pessoa diáspora recebe um tratamento mais diferenciado nos estabelecimentos públicos e nas casas particulares do que os residentes no Haiti, mesmo estes sendo empregados, tendo sucesso profissional e uma vida econômica melhor do que a pessoa diáspora. O tratamento, na prática, está associado à dimensão simbólica construída no imaginário social haitiano de a pessoa diáspora ser oriunda de um mundo social caracterizado como

²⁰ DUPUY, apud FATTON JR., op. cit., pg. 36.

²¹ Haiti never had democratic regimes precisely because the most important political forces – the military, the prebendary state bourgeoisie, and the private sector bourgeoisie – always believed that they had more to gain under a dictatorship and more to lose under a democracy. The latter would inevitably meant competitions for public office and the right to rule legitimately. A democracy would have raised issues of the effectiveness of government, public accountability, fairness, justice and equality – all or any one of which would have threatened the interests of the beneficiaries of the prebendary state system... [The] likelihood of a successful transition to democracy in Haiti, even to a democratic government that would seek to preserve the interests of the powerful and propertied elites, was very remote. This was so if only because democracies, no matter how conservative and repressive they may be, are unpredictable: They may create opportunities for social forces that stand to benefit more from such a regime to advance their interests and challenge established privileges.

superior no Haiti. Essa assimilação do lugar de inferioridade está associada com o econômico, mas não tão somente isso.²²

Nesse sentido, vis-à-vis o caráter simbólico que reveste o nativo haitiano que deixa seu país, o movimento migratório no Haiti, atualmente, não se apresenta como uma aventura empreendida individualmente por sujeitos desesperados, mas um verdadeiro projeto familiar que compreende um escopo de ascensão – não apenas do sujeito migrante, mas de toda sua unidade familiar – para além da esfera econômica, senão propriamente social. Tampouco se trata de uma alternativa exclusivamente eleita por sujeitos sem formação qualificada e perspectiva laboral dentro do Haiti, uma vez que mais de 80% dos haitianos que possuem educação superior encontram-se vivendo em território estrangeiro (FARIA, 2012; SEGUY, 2014).

Ademais, o impacto financeiro das remessas oriundas de migrantes no Haiti é mais do que um fenômeno de alcance meramente local ou familiar, mas sim um elemento significativo à própria economia do país. É precisamente sobre este significado que se debruçará o próximo tópico desta pesquisa.

2.2 O abalo econômico da dependência das remesas externas

A dimensão social que a diáspora ocupa na sociedade haitiana é comparável apenas com a sua própria dimensão econômica, cujo impacto é perceptível antes mesmo da análise de qualquer dado estatístico. Basta observar, de início, a existência de um ministério federal cuja pasta envolve exclusivamente a relação com as comunidades haitianas espalhadas pelo mundo, o *Ministère des Haïtiens vivant à l'étranger* (MIHAVE). Pormenorizadamente, o ministério busca alternativas de organização para possibilitar o voto dos emigrados nas eleições haitianas desde seus destinos migratórios – um objetivo particularmente importante na medida em que cerca de 10% da população vive fora do Haiti (FARIA, 2012) –, bem como a organização de um fundo monetário através do qual os migrantes possam investir diretamente no Haiti e, por fim, criar uma base de dados confiável acerca das comunidades haitianas formadas em território estrangeiro (SANTOS, 2014).

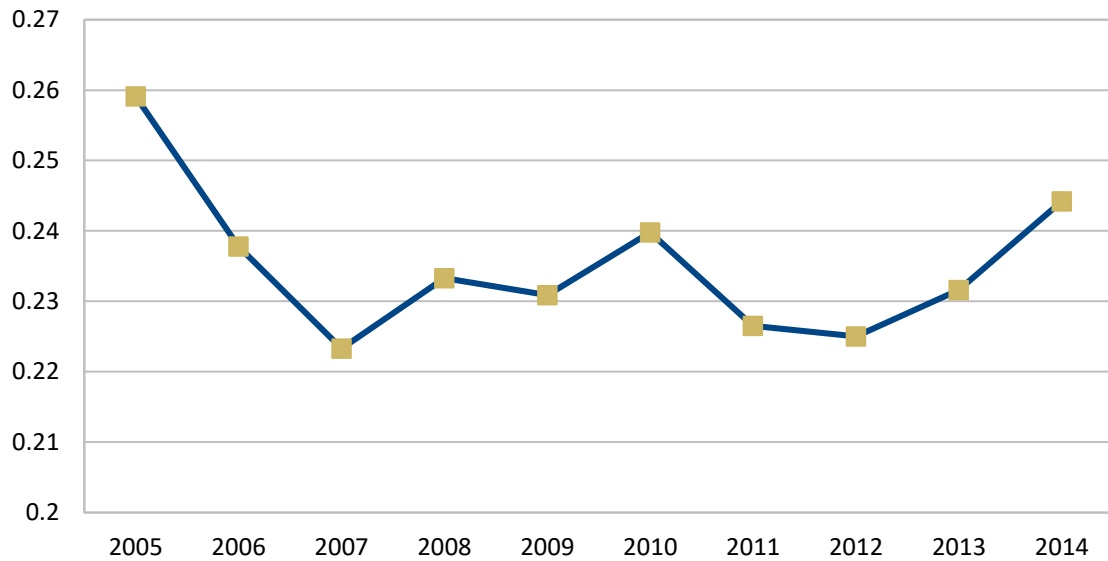
Na América Latina, desde 2003, as remessas feitas por imigrantes a seus países

²² HANDERSON, Joseph. *Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Museu Nacional, 2015. pg. 355/356.

de origem representam o principal meio de entrada de recursos externos, maior até mesmo que os investimentos de empresas multinacionais (Investimento Estrangeiro Direto, IED). Em termos específicos, os índices levantados revelam uma contribuição substancial dessas remessas nas economias nacionais: no próprio Haiti, o valor equivale a 150% da exportações do país, além de representar cerca de um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) nacional durante a última década. Em países como El Salvador e Nicarágua, as remessas constituem entre 10% e 15% do PIB. Na República Dominicana, Equador e Honduras, representam entre 5% e 10% (MAGALHÃES, 2017) (Gráfico 1).

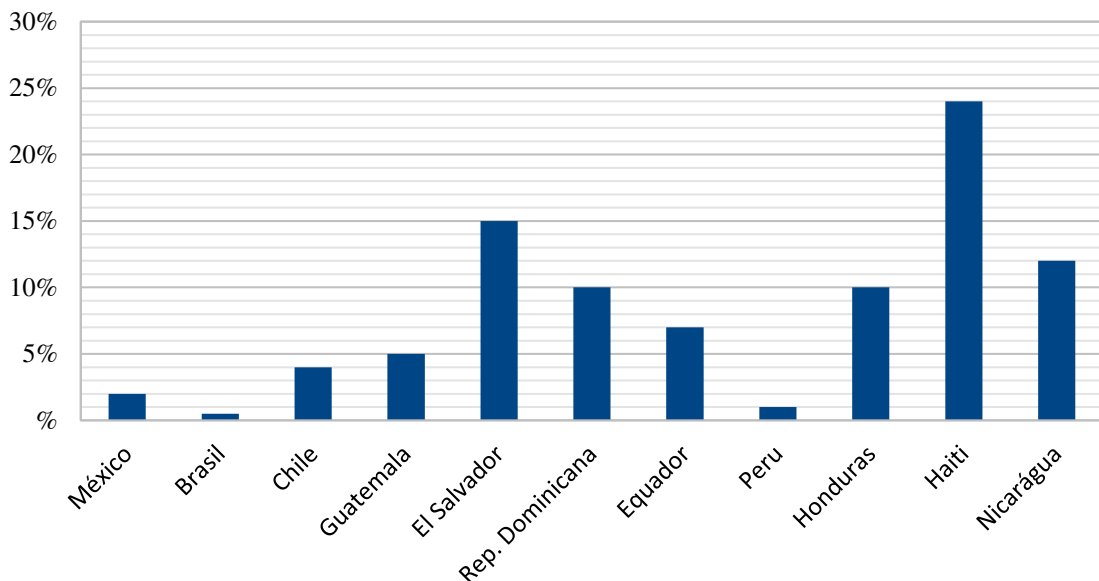
Em termos de números brutos, os indicadores obtidos pelo Fundo Multilateral de Investimento (FOMIN) – órgão ligado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – apontam que somente no ano de 2006 o Haiti recebeu US\$ 1.017.000.000 (um bilhão e dezessete milhões de dólares americanos) em remessas apenas de imigrantes residindo nos EUA. A partir do Canadá, foram enviados US\$ 230.000.000 (duzentos e trinta milhões de dólares americanos); da França, US\$ 130.000.000 (cento e trinta milhões de dólares americanos); e da República Dominicana e Bahamas, US\$ 33.000.000 (trinta e três milhões de dólares americanos). No ano seguinte, os valores totais de remessas enviadas por haitianos a partir do estrangeiro ultrapassaram US\$ 1.065.000.000 (um bilhão e sessenta e cinco milhões de dólares americanos), um montante que representa 24% do PIB anual do país, número que pode ser estimativamente ampliado, porquanto as estatísticas não levam em consideração os envios informais de dinheiro (Gráfico 2). Dessarte, não é ingênua a percepção da existência de uma relação de dependência entre o Haiti e sua diáspora (HANDERSON, 2015).

Gráfico 2 Proporção das remessas internacionais em relação ao PIB no Haiti 2005 - 2014



Fonte: Elaboração própria feita com base no trabalho de Magalhães (2017) sobre os dados concedidos pela UNCTAD.

Gráfico 1 Proporção das remessas internacionais em relação ao PIB na América Latina 2000 – 2004



Fonte: Elaboração própria feita com base no trabalho de Pizarro (2008) sobre os dados concedidos pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Base de Estatísticas e Indicadores Sociais (BADEINSO) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Frente a essa conjuntura, desde o ano de 2012, o governo haitiano promoveu uma iniciativa de cobrança de taxas sobre as remessas oriundas de cidadãos no exterior – ao valor de US\$ 1 (um dólar americano) por remessa – e sobre as ligações telefônicas internacionais realizadas – ao valor de US\$ 5 (cinco centavos americanos) a cada 30 minutos. O rendimento obtido através dessas taxas gira entorno de US\$ 4.000.000 (quatro milhões de dólares americanos) por mês, que são utilizados para o financiamento do Programa Escola Gratuita desenvolvido pelo governo haitiano. Desse modo, percebe-se que os haitianos em diáspora contribuem não somente para a manutenção da estabilidade social e econômica do Haiti, como também estão envolvidos ativamente em programas sociais promovidos no país (HANDERSON, 2015).

Os dados apresentados sugerem, de fato, o caráter elementar que as remessas internacionais vindas da diáspora representam ao Estado haitiano em um espectro macroeconômico. Com efeito, é através delas que uma parcela considerável da população do país consegue reunir condições de vida acima da linha da miséria (MAGALHÃES, 2017).

Uma conseqüência muito importante da migração na América Latina e no Caribe é o fluxo de remessas, cujos efeitos macroeconômicos são significativos em vários países. Em 2005, o valor das remessas em nível regional subiu acima de 54 bilhões de dólares. Em alguns países, a magnitude dessas remessas supera largamente a de outras fontes cambiais, o que indica que a estratégia individual dos trabalhadores migrantes constitui um apoio material à economia nacional que desafia as políticas públicas. A utilização de remessas internamente como fonte de renda ordinária e, possivelmente, de poupança, sua expressividade no balanço de pagamentos e pesquisas, custos de transferência, transparência de mercado e o potencial que representam em termos de produtividade e bem-estar são questões que estão atualmente em discussão nos países da região, alguns dos quais - como El Salvador, México e Colômbia - já possuem um importante corpo de experiências nesse sentido.²³ (Tradução livre)²⁴

De outra banda, ao contemplar seus desdobramentos em um contexto microeconômico, o significado das remessas ganha ênfase pelo seu papel na renda familiar,

²³ PIZARRO, op. cit., pg. 91.

²⁴ Una consecuencia muy importante de la emigración en América Latina y el Caribe es el flujo de remesas, cuyos efectos macroeconómicos son significativos en varios países. En 2005, el valor de las remesas a nivel regional se elevó por encima de los 54 mil millones de dólares. En algunos países, la magnitud de estos envíos de dinero supera con creces la de otras fuentes de divisas, lo cual indica que la estrategia individual de los trabajadores migrantes constituye un sustrato material de apoyo a la economía nacional que desafia las políticas públicas. La utilización de las remesas a nivel interno como fuente de ingresos ordinarios y eventualmente de ahorro, su medición en las balanzas de pago y encuestas, los costos de transferencia, la transparencia del mercado y el potencial que representan en materia de productividad y bienestar son temas que se encuentran en plena discusión en los países de la región, algunos de los cuales – como El Salvador, México y Colômbia – ya cuentan con un acervo importante de experiencias al respecto.

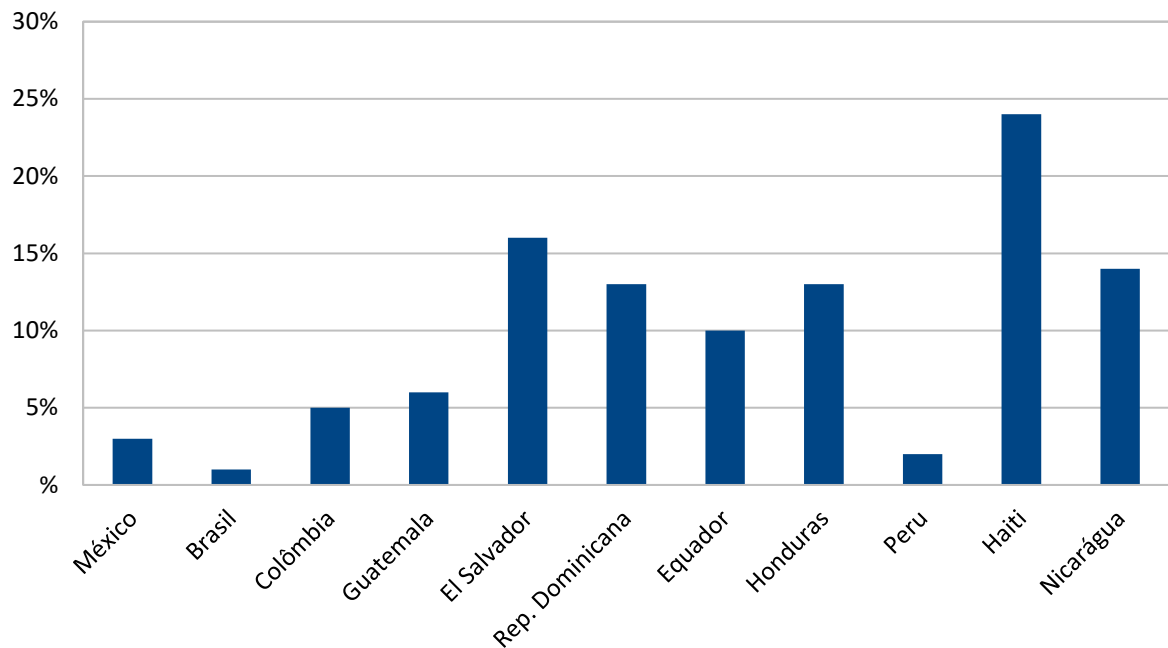
uma vez que os envios representam, em última análise, um rendimento salarial que substitui – e quase sempre, supera – eventuais remunerações que o imigrante poderia obter caso estivesse trabalhando no Haiti. Nesse sentido, as remessas não configuram uma espécie de renda complementar à família do sujeito em diáspora, senão um rendimento elementar à sua subsistência e que se adiciona à outras fontes financeiras desenvolvidas pelos membros familiares trabalhando no Haiti (PIZARRO, 2008).

Embora a definição desenvolvida no parágrafo anterior se mostre singela, sua importância é fundamental à reflexão do significado efetivo das remessas na economia local, uma vez que os dados brutos de montantes e proporções até agora elencados não demonstram a forma como esses valores circulam na economia nacional e, por conseqüência, de que maneira se estabelece a relação entre migração e desenvolvimento (MAGALHÃES, 2017). “Por essa razão, o nível de análise não pode se limitar apenas aos efeitos macroeconômicos, mas deve levar em conta a dinâmica econômica familiar e local” (PIZARRO, 2008, pg. 191, tradução livre²⁵).

Dessarte, imprescindente considerar que os envios de valores por imigrantes representam, ao fim e ao cabo, uma verba elementar investida no consumo corrente das famílias receptoras, importantes também para que as dependentes economias da América Latina e do Caribe consigam reverter o déficit em seus balanços de pagamentos por meio dos superávits alcançados através da injeção desses valores (MAGALHÃES, 2017) (Gráfico 3).

²⁵ Por este motivo, el nivel de análisis no puede limitarse solo a los efectos macroeconómicos, sino que debe tomar en cuenta la dinámica económica familiar y local.

Gráfico 3 Proporção das remessas internacionais no consumo dos lares receptores na América Latina 2000 – 2004



Fonte: Elaboração própria feita com base no trabalho de Pizarro (2008) sobre os dados concedidos pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Base de Estatísticas e Indicadores Sociais (BADEINSO) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Vis-à-vis a estrutura apresentada, é importante salientar que as remessas internacionais se apresentam e são operacionalizadas de forma distinta entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, isto porque apenas nos países periféricos germina um fenômeno social através do qual as unidades familiares receptoras dos envios passam a ser dependentes dessa renda. Com efeito, a dependência de remessas conceitua a situação em que algumas famílias que empreendem o projeto migratório possuem uma necessidade gradativamente maior dos recursos oriundos das remessas exteriores. Tal fenômeno é marcante nos países mais pobres justamente porque não se coaduna em grande medida com o montante enviado, senão à forma com que tais valores são investidos. Nessa esteira, a dependência revela-se na medida em que os recursos da diáspora são majoritariamente utilizados para a subsistência da unidade familiar, através de gastos ordinários, a exemplo, como alimentação e moradia (MAGALHÃES, 2017).

Os efeitos das remessas não dependem tanto do seu volume global, mas sim do tamanho e da dinâmica da economia receptora. A gravidade específica das remessas como fonte de renda é maior nos países de economia pequena, onde há sinais de estagnação, ou ambos, como o Haiti, El Salvador e Equador, do que nas economias maiores e mais dinâmicas como o Brasil, México e Colômbia, apesar de receber mais remessas. Isso porque o volume de exportações e o IED também são indicadores da dinâmica macroeconômica de cada país. Neste sentido, é possível inferir a hipótese de que em países cuja economia é mais débil e instável são geradas maiores pressões para o estímulo do fluxo de remessas, uma vez que a capacidade de

atrair IED é reduzida - a instabilidade afeta a rentabilidade dos investimentos - e diminui o nível de competitividade externa, reduzindo a receita das exportações. A combinação dessas tendências se traduz em um peso específico maior das remessas, tanto em relação ao IED quanto ao valor das exportações. Nestas circunstâncias, não surpreende que as remessas sejam uma das principais fontes de renda e que, por isso, contribuam para a acumulação de reservas internacionais.²⁶ (Tradução livre)²⁷

Assim, os principais beneficiados econômicos do referido aumento de consumo das famílias receptoras de remessas não são necessariamente seus membros, mas os fabricantes e comerciantes das zonas urbanas do país de origem que disponibilizam os bens e serviços procurados por essas pessoas. Para mais, grande parte dos envios é destinada a gastos que não geram riqueza, tais como a compra de insumos básicos e bens de consumo, o que significa uma redução substancial em potenciais efeitos de desenvolvimento. Nesse sentido, a utilização primária das remessas para o consumo de bens e serviços não produzidos nas pequenas comunidades e entorno das famílias receptoras limitam o desenvolvimento econômico a certas zonas urbanas, quando não diretamente à economia internacional, quando na compra de bens importados (PIZARRO, 2008).

As remessas, dessarte, são uma espécie de ferramenta para expansão do nível de consumo das unidades familiares receptoras, que delas se tornam dependentes na medida em que o aumento na esfera de consumo gera novas necessidades materiais que só podem ser satisfeitas a partir do fluxo de valores desde o exterior, sobretudo diante da carência de cadeias produtivas que possibilitem ganhos semelhantes dentro do próprio país. Tal quadro engendra, em última instância, a necessidade do estabelecimento de novos empreendimentos migratórios dentro dessas famílias, ou seja, a saída de mais um familiar que residia no país natal. Complementarmente, fica evidenciada a forma com que as migrações internacionais são um elemento vital para a subsistência material de muitas famílias haitianas, ao ponto de tornar

²⁶ *ibidem*, pg. 219.

²⁷ Los efectos de las remesas no dependen tanto de su volumen global, sino más bien del tamaño y de la dinámica de la economía receptora. El peso específico de las remesas como fuente de divisas mayor en los países de economía pequeña, en que existen signos de estancamiento, o ambos, tales como Haití, El Salvador o Ecuador, que en las economías grandes y más dinámicas como Brasil, México y Colombia, pese a que reciben más cantidad de remesas. Ello se debe a que el volumen de las exportaciones y del IED también son indicadores de la dinámica macroeconómica de cada país. En este sentido, es posible inferir la hipótesis que en los países cuya economía es más débil e inestable se generan mayores presiones por estimular las corrientes de remesas, a la vez que se reduce la capacidad de atraer IED – la inestabilidad afecta la rentabilidad de las inversiones – y disminuye el nivel de competitividad externa, mermando los ingresos por concepto de las exportaciones. La combinación de estas tendencias se traduce en un mayor peso específico de las remesas, tanto en relación con la IED como respecto del valor de las exportaciones. En estas circunstancias, no es de extrañar que las remesas sean una de las principales fuentes de divisas y que, por este motivo, contribuyan a la acumulación de reservas internacionales.

as remessas um fator determinante na dinâmica migratória, uma vez que enseja novos fluxos para outros países (MAGALHÃES, 2017).

[...] a importância das remessas como recursos de investimento deve-se à virtual ausência de outras fontes de financiamento, tanto públicas como privadas, do investimento produtivo. A falta do primeiro se deve ao abandono pelo Estado das políticas de bem-estar, subsídios, apoio ao crédito e promoção de pequenas e médias empresas. Por sua vez, a falta de fontes de financiamento privado indica que entidades reguladas pelo mercado - bancos, financeiras, grupos empresariais e outros - não financiam projetos produtivos locais, principalmente porque se tratam de iniciativas de baixo nível de rentabilidade e alto risco (Canales, 2002).

As remessas não são, em hipótese alguma, a solução do abandono do Estado e da inatividade do setor privado, mas sua conseqüência (Canales, 2002). Nesse contexto, o que é relevante não é o potencial que representam como fonte de financiamento para projetos produtivos e infraestrutura social, mas o fato de, em vários casos, sejam o único disponível. Portanto, é um erro considerar que as remessas poderiam substituir o papel e as responsabilidades do Estado - através de suas instituições - e do mercado - através de seus agentes - no desenvolvimento local e regional. Em resumo, esta nova abordagem crítica afirma que a falta de crescimento não é resolvida pela emigração, mas pela aplicação de políticas de desenvolvimento, inclusão social e promoção de investimentos de fontes estatais, privadas ou mistas.²⁸ (Tradução livre)²⁹

Urge destacar, todavia, a necessidade de se evitar uma falsa formulação de fenômeno. Pois, ainda que as remessas externas resultem, especialmente em países como o Haiti, numa situação de dependência desses recursos para a própria subsistência da família receptora – o que incentiva, como já comentado, novas migrações –, é importante reforçar que o engendramento de tal quadro somente é possível num contexto que reproduz fatores estruturais básicos de repulsão populacional – tais como o desemprego, a baixa remuneração e a carência de espaço para empreender – e que não apresente outras soluções tão efetivas

²⁸ ibidem, pg. 200/201.

²⁹ [...] la importancia de las remesas como recursos de inversión se debe a la virtual ausencia de otras fuentes de financiamiento tanto públicas como privadas de la inversión productiva. La falta de las primeras obedece al abandono por parte del Estado de las políticas de bienestar, subsidios, apoyo crediticio y fomento de la pequeña y mediana empresa. A su vez, la carencia de fuentes de financiamiento privado indica que las entidades reguladas por el mercado – bancos, financieras, grupos empresariales y otras – no financian proyectos productivos locales principalmente porque se trata de iniciativas de bajo nivel de rentabilidad y alto nivel de riesgo (Canales, 2002). Las remesas no son en caso alguno la solución del abandono del Estado y a la inactividad del sector privado, sino su consecuencia (Canales, 2002). En este contexto, lo relevante no es el potencial que representan como fuente de financiamientos de proyectos productivos e infraestructura social, sino el hecho de que, en varios casos, sea la única disponible. Por eso, es un error considerar que las remesas podrían reemplazar el papel y las responsabilidades que tienen el Estado – a través de sus instituciones – y el mercado – a través de sus agentes – en el desarrollo local y regional. En resumen, este nuevo enfoque crítico plantea que la falta de crecimiento no se resuelve mediante la emigración, sino aplicando políticas de desarrollo, inclusión social y fomento de la inversión a partir de fuentes estatales, privadas o mixtas.

quanto a migração para a elevação do nível de vida (PIZARRO, 2008).

Nesse sentido, os efeitos macroeconômicos das remessas internacionais devem ser relativizados, mormente em conjunturas de curto prazo, uma vez que tais envios não contribuem necessariamente para o crescimento econômico, redução dos índices de inflação ou combate ao desemprego (PIZARRO, 2008).

É ainda, diante do contexto explanado de dependência econômica de remessas, que a sua gradativa diminuição desde os países mais desenvolvidos – especialmente a partir da crise financeira de 2008 – passa a comprometer o bem estar e o nível de consumo das famílias receptoras, ensejando um ajustamento de seus projetos migratórios com a eleição de novos destinos cuja situação econômica e laboral possa manter o volume de recursos enviados (MAGALHÃES, 2017).

Dessa maneira, a dependência de remessas se mostra como um conceito fundamental à compreensão da diáspora haitiana, pois configura uma dimensão importante da conformação dos fluxos migratórios contínuos e cíclicos que ocorrem no país. É, ainda, um fenômeno cuja composição deriva de elementos coadunados entre local de origem e destino dos movimentos migratórios, demonstrando que mesmo os fatores de repulsão populacional nos estudos migratórios – *push factors* – só podem ser integralmente compreendidos a partir de uma perspectiva transnacional que respeite e observe sua confluência a partir de aspectos locais e externos.

Em complemento ao já estabelecido quadro histórico, econômico e social que contribui à formação da diáspora haitiana, resta ainda a dimensão ambiental que, sobretudo a partir do terremoto de 2010, ampliou em grande escala o fluxo migratório de haitianos para o exterior. É análise pormenorizada desta questão o escopo da etapa seguinte deste estudo.

2.3 O abalo sísmico de 2010

É fato inegável que o movimento populacional haitiano em direção ao Brasil teve real início e rápida expansão somente após o terremoto ocorrido em 2010, conforme destacado no intróito deste trabalho. Parte desse fenômeno se deve, com efeito, às consequências funestas do abalo sísmico que, inclusive, serão desenvolvidas a seguir. Cumpre, todavia, iniciar a exposição demonstrando que a ocorrência de desastres naturais no

Haiti está distante de um caráter episódico e que a amplitude de seus danos está intimamente conectada a elementos históricos, econômicos e sociais da própria formação do Estado haitiano.

Nesse sentido, o contexto ambiental haitiano assume também o papel de elemento de repulsão populacional (*push factor*) em coordenação com outros fatores, tais como o descaso governamental às condições mínimas de saneamento e moradia de vasta maioria da população, porquanto o amálgama destes pontos resulta na conformação de um país notavelmente frágil diante de desastres naturais como furacões, terremotos, *tsunamis* e tempestades tropicais (FARIA, 2012; MAGALHÃES, 2017).

O Haiti apresenta uma distribuição populacional bastante irregular em seu território, com uma altíssima concentração humana na região metropolitana de Porto Príncipe, capital do país que engloba substanciais 10% do número de habitantes. De fato, o Departamento Oeste, ao qual integra a capital, concentra quase um quarto (23%) da população total do país e representa mais da metade (56%) de sua população urbana (FARIA, 2012).

A expressiva aglutinação demográfica supra referida encontra explicação não apenas pelo crescimento natural da cidade de Porto Príncipe, mas também pela dinâmica migratória do povo haitiano dentro de seu próprio país, sobretudo do campo para a cidade. Com efeito, o levantamento censitário realizado em 2003 indicava a existência de 3.096.967 habitantes no Departamento Oeste, dentro dos quais 1.916.133 residiam na região metropolitana da capital, destino de impressionantes 80% dos migrantes internos (FARIA, 2012).

O principal tipo de migração interna é a rural-urbana, que corresponde a 49% da população de migrantes internos, seguida da migração interurbana, com 43%. Um total de 350.000 migrantes rurais (com base no local de nascimento) residem na Região Metropolitana de Porto Príncipe e representam 54,9% das pessoas que imigraram para esta área (IHSI, 2009).³⁰

No esteio do quadro populacional explanado, não é surpreendente que a manifestação de atividade sísmica próxima à capital pudesse comprometer tantas pessoas. E se a distribuição demográfica no Haiti representa uma vulnerabilidade a catástrofes naturais, seu relevo e hidrografia também adquirem a forma de agentes contributivos para tal contexto.

³⁰ FARIA, op. cit., pg. 65.

O caráter montanhoso do país, que conta com mais de 75% de seu território em altitude acima dos 200m, aliado a severas estações chuvosas anuais ocasiona frequentes inundações por todo o país, que não raras vezes revelam elevados números de mortos e desabrigados, além de influírem sobre a erosão do solo e acúmulo de sedimentos. Ademais, a circunscrição do Haiti no espaço de influência dos furacões do Atlântico o torna uma assaz vítima desses fenômenos – com efeito, nos últimos 20 anos, o país enfrentou nada menos que três desses desastres, os furacões *Georges* (1998), *Jeanne* (2004) e *Hanna* (2008) – cujas consequências englobam no mais das vezes o óbito direto de muitos envolvidos, inundações e deslizamentos de terra que afetam de forma significativa a vegetação já bastante comprometida do país (FARIA, 2012; SEGUY, 2014; MAGALHÃES, 2017).

A vegetação do Haiti originalmente era de Floresta Estacional Caducifólia (caracterizado por duas estações, uma seca e outra chuvosa). Esta cobertura vegetal começou a ser degradada na colonização, mediante processo de retirada para o uso intensivo do solo, visando o plantio da cana-de-açúcar, estendendo-se até os dias atuais. “O surto de riqueza agrícola no Haiti veio à custa de seu capital ambiental de florestas e solo” (DIAMOND, 2005). A exploração intensiva da madeira e a necessidade de terras para o cultivo e agricultura de subsistência, principal atividade econômica do país, reduziram consideravelmente as áreas de florestas naturais.

[...]

O desmatamento e a perda da biodiversidade, agravados pelas queimadas, intensificam o processo de erosão, o assoreamento dos rios e conseqüentemente à perda de fertilidade dos solos, o abandono do cultivo e a procura por novas áreas. O histórico uso e o estado atual observado na paisagem haitiana indicam que os solos, em geral, têm sido utilizados em sistemas de produção incompatíveis com a aptidão das áreas, levando à degradação.³¹

Nesse sentido, urge destacar que os projetos coloniais empreendidos no Haiti entre o final do século XV e o início do século XIX, por espanhóis e franceses, representaram conseqüências funestas ao meio ambiente do país, que foi comprometido quase que pela metade (SEGUY, 2014). Fosse na exportação massiva de madeira para tintura, móveis e construção, ou no desmatamento ostensivo para a monocultura – sobretudo da cana-de-açúcar – e uso exauriente do solo, a sanha colonizadora pela extração predatória de riquezas tornou possível a colheita de uma “Pérola das Antilhas” na mesma medida em que legou uma casca vazia e depauperada, na forma do meio ambiente haitiano.

Não somente, cumpre lembrar que ainda no início do século XX, o Haiti

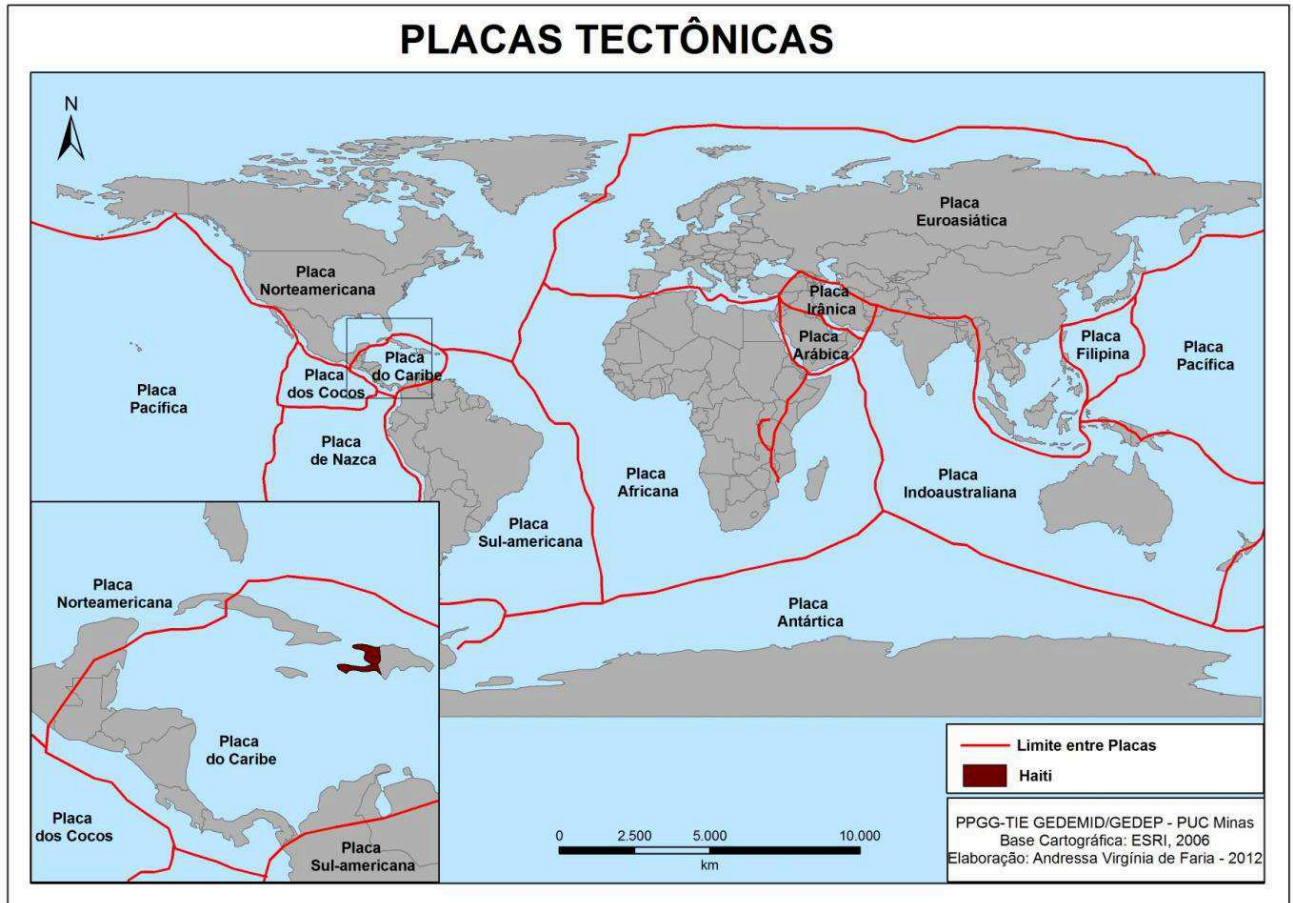
³¹ ibidem, pg. 67/68.

volta a sofrer a espoliação de seus recursos e riquezas naturais por uma potência da época, desta vez os Estados Unidos da América, que através do uso irresponsável do solo para o lucro máximo de suas companhias frutíferas transnacionais, tornaram as áreas férteis remanescentes do país em verdadeiros desertos, como no “caso do *Savann Dezole (Gonaïves)* onde faleceu a maioria das 3000 vítimas da tempestade tropical *Jeanne*, em setembro de 2004” (SEGUY, 2014, pg. 38).

É neste sentido que ganha substrato a ideia de que o processo histórico de deterioração ambiental e precariedade econômica e política, faz dos desastres naturais um elemento marcante de incentivo migratório no Haiti, porquanto a vasta maioria da população ainda é dependente dos recursos naturais do país para sua subsistência (FARIA, 2012).

Finalmente, no que tange à atividade sísmica, o Haiti também apresenta uma conjuntura bastante desfavorável. A placa tectônica do Caribe, sobre a qual o país se localiza, apresenta grande intensidade de regimes tectônicos, porquanto cercada por outras quatro placas de maior tamanho, quais sejam, a Norte Americana, de *Nazca*, de *Cocos* e a Sul-americana. Mais especificamente, a ilha de Hispaniola, que encompassa Haiti e República Dominicana, se encontra na área de contato entre as placas do Caribe e a Norte Americana, e enquanto a primeira desloca-se de oeste para leste, a última executa o movimento diametralmente oposto, tornando o local passível a frequentes abalos sísmicos (FARIA, 2012) (Figura 3).

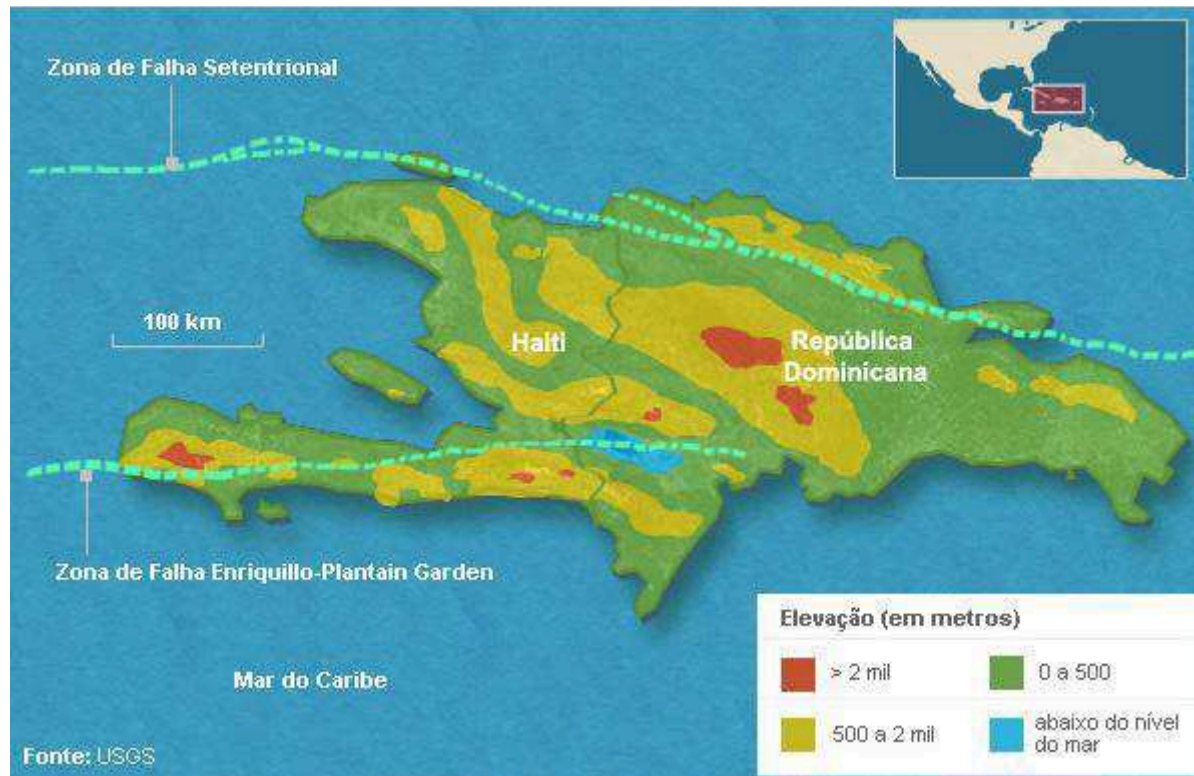
Figura 3 As grandes placas tectônicas no contexto do planeta Terra e em detalhe, a área de estudo, no limite entre as placas tectônicas do Caribe, Nazca, Norte Americana, Cocos e Sul-americana.



Fonte: Extraído de Faria (2012).

Dessarte, as atividades conjuntas de tantas placas tectônicas próximas a um mesmo ponto ocasionaram a formação de falhas tectônicas ao norte e ao sul – esta última, perpassando a região de Porto Príncipe – do Haiti que, por definição, são mais suscetíveis a terremotos, uma vez que acumula tensão sísmica no decorrer dos anos (FARIA, 2012) (Figura 4).

Figura 4 Sistema de falhamentos nas cercanias da ilha Hispaniola



Fonte: United States Geological Survey (2003) apud Faria (2012).

Não por acaso, segundo dados apresentados pelo *United States Geological Survey* (USGS, 2013), em 12 de janeiro de 2010, a exatas 16 horas e 53 minutos do horário local, ocorreu um terremoto de magnitude 7 na escala *Richter* cujo epicentro se estabeleceu a somente 25km de distância da capital haitiana – relembre-se, a região mais densamente povoada do país – e cujo hipocentro se localizou 13km abaixo da superfície terrestre. Ao tremor principal se seguiram outras 33 réplicas sismológicas, dentre as quais 14 alcançaram entre 5 e 5,9 graus de magnitude na escala *Richter* (FARIA, 2012). A região da cidade de Porto Príncipe foi severamente afetada e as estatísticas mais aceitas sobre o episódio dão conta da catástrofe humana de 1,3 milhão de desabrigados, 300.000 mortos – cerca de 10% da população da região afetada – e outros 300.000 feridos aos quais integram 5.000 amputados (SANTOS, 2014). No contexto material, as autoridades haitianas, através do “*Plan d’action pour le relèvement et le développement d’Haïti*” – Plano de Ação para a Recuperação e o Desenvolvimento o Haiti (PARDN) – indicaram um prejuízo direto de US\$ 11.500.000.000 (onze bilhões e quinhentos milhões de dólares americanos) na forma de 105.000 moradias integralmente destruídas e outras 208.000 irremediavelmente atingidas, o desmoronamento ou comprometimento incontornável de 1.300 edifícios educacionais e 50 hospitais ou unidades de saúde na região de Porto Príncipe e em boa parte do sul do país (SEGUY, 2014).

Simbolicamente, além de hospitais e escolas, o tremor derrubou também o

Palácio do Governo, o edifício sede da Organização das Nações Unidas, a *Universidade d'Etat*, a Catedral, os prédios dos ministérios e o próprio aeroporto da capital foi consideravelmente danificado, configurando um óbice a mais para a chegada de auxílio no país. A infraestrutura, já precária do Haiti se mostrou inexistente ao passo que os sobreviventes da tragédia enfrentaram dias de escassez de alimentos, inexistência de acesso à energia elétrica e água potável. Nesse contexto de destruição, 30% dos habitantes da região metropolitana de Porto Príncipe deixaram a área rumo a outras regiões do país, “aumentando a situação de vulnerabilidade na região de acolhida, fazendo com que os efeitos deste desastre natural se espalhassem por todo território haitiano” (FARIA, 2012, pg. 78).

Além disso, as condições socioeconômicas e de saúde, que se mostravam ínfimas após o terremoto, foram ainda mais agravadas pelos furacões que se seguiram, bem como pela epidemia de cólera que se alastrou com incrível velocidade graças à precariedade do saneamento na região afetada pelo tremor e vitimou mais de 4.000 pessoas. Todos esses elementos coadunados configuram um notável fator de expulsão populacional e, estreme de dúvidas, contribuem à expansão da diáspora haitiana (SANTOS, 2014; MAGALHÃES, 2017).

É nesse sentido que se situa a perspectiva de que o terremoto de 2010 e seus nefastos corolários não exsurgem como uma catástrofe randômica advinda da aparente “maldição” que cerca a parte ocidental da ilha de Hipaniola, mas sim como uma consequência sócio histórica de fragilidade ambiental vinculada objetivamente com a formação dependente e exploratória do Haiti desde a era colonial até a contemporaneidade, passando inclusive por seu processo de independência (MAGALHÃES, 2017).

A tese defendida na ocasião buscava explicar o terremoto do dia 12 de janeiro como uma construção sócio-histórica. Talvez seja bastante provocante qualificar de sócio-histórico um fenômeno da natureza. A tese avançada é que as 300.000 pessoas mortas no Haiti não perderam as suas vidas por causa do sismo de magnitude 7,2 na escala *Ritcher*.

[...]

Se a independência proclamada no dia 1º de janeiro de 1804 tivesse ligado essa veia aberta, esse sangramento, o meio ambiente haitiano teria certamente conseguido se cicatrizar. Mas o Haiti teve que assinar e pagar uma “dívida” não contratada de 150 milhões de francos-ouro para que a França reconhecesse a independência e permitisse o alívio do embargo mundial que estrangulava o Haiti como punição à proclamação da independência. O pagamento desta dívida – avaliada a mais de 21 bilhões de acordo com atualizações feitas em 2003 – deixou no meio ambiente haitiano,

marcas iguais às da colonização dos séculos anteriores. As classes possuidoras e dominantes haitianas, pois, não contribuíram nem com um centavo nesse valor. Até por que foi somente a partir do período de ocupação militar norte-americana que foram forçadas a pagar imposto pela primeira vez. Assim, para conseguir o dinheiro, os governos sucessivos puseram em vigor regras que os permitem saquear praticamente a maior parte da produção cafeeira realizada pelos camponeses e camponesas obrigando-os assim, para sua subsistência, a plantarem em superfícies montanhosas culturas erosivas como milho, batata ou feijão etc. cujo cultivo exige planície. Enquanto isso, essas mesmas classes dominantes, aliadas com suas primas europeias e norte-americanas, se chocavam numa corrida furiosa para explorar a reserva florestal do país.³²

A articulação de todos os fatores elencados firma o terremoto de 2010 como um desastre muito mais longo do que as 24 horas do dia 12 de janeiro de 2010 poderiam encompassar. Protrai-se no tempo, tanto para o futuro quanto para o passado. Com efeito, é a “dependência estrutural e histórica do Haiti, mais do que o próprio terremoto em si” (MAGALHÃES, 2017, pg. 112) que pode ser concebida como um elemento de repulsão populacional.

E se o Haiti, ao final deste primeiro momento da pesquisa, se revela um cômodo incômodo e demonstra um volume considerável de incentivos diaspóricos (*push factors*), nenhum deles é capaz de, em si mesmos, explicar satisfatoriamente o decurso do movimento migratório em direção ao Brasil. Para tal, é necessário olhar também para o lugar de destino e de que forma ele se relaciona com o de origem. A essa finalidade se compromete o próximo capítulo do presente estudo.

³² SEGUY, Franck. A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2014. pg. 35/36.

3 BOA ESPERANÇA: por que vir ao Brasil?

Se a diáspora haitiana pode ser em grande parte explicada a partir do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do próprio Haiti, que apresentou ao longo de toda a sua história sólidos fatores de expulsão populacional, o influxo sem precedentes por ela tomada rumo ao Brasil não se elucida tão somente pela compreensão do contexto migratório no local de origem. Para tanto é necessário, na mesma medida, a execução de uma análise acerca do lugar de destino e de que forma ocorreu a atração de um movimento migrante já tradicionalmente direcionado a outras partes do globo como o haitiano.

No tocante ao histórico migratório brasileiro, ressalte-se que até a segunda metade do século XX o país foi uma notória sociedade receptora de imigrantes: no período colonial com a vinda volitiva – excetuadas as circunstâncias de homizio de couto – de portugueses e compulsória de africanos; no século XIX através da chegada de alemães, italianos, espanhóis, suíços, austríacos e poloneses; e já no início do século XX formou-se a colônia japonesa. É somente a partir da década de 80 que o Brasil passará a experimentar o movimento inverso de fluxo migratório, com a numerosa saída de brasileiros ao exterior (ANDRADE, MORAES, MATTOS, 2013).

Não obstante, a crise financeira do ano de 2008, iniciada nos Estados Unidos da América e rapidamente espalhada pela Europa tornou a leitura dos eixos migratórios no Brasil bem mais complexa. Isto porque, em virtude do desenvolvimento econômico e social experienciado na primeira década dos anos 2000, o país passa a conjugar múltiplos contextos de migração, pois, ao mesmo tempo em que recebe distintos fluxos de imigrantes – bem como o retorno de expatriados que enfrentaram a precarização de suas condições de vida no exterior com a crise – oriundos de diversas parte do mundo, ainda possui um sólido quadro de emigração em curso (CAVALCANTI, 2013).

Em todo o mundo, padrões clássicos de migração persistem com novas roupagens. A maioria dos migrantes contemporâneos desloca-se por razões econômicas, em busca de uma “vida melhor”. Respondem aos chamados fatores de atração (*pull factors*), como a perspectiva de melhores condições de vida que encontrarão nos países de destino, em termos de ofertas de empregos, padrões salariais e trabalhistas e possibilidade de ascensão econômica. A segunda categoria de migrantes representa aqueles que são, em variados graus, forçados a sair de seus países, respondendo, portanto, a fatores de repulsão (*push factors*), que tornam impraticável sua permanência nos países de origem. São fatores como desastres naturais, conflitos civis ou

perseguição política, racial ou religiosa – nessa categoria incluem-se os refugiados, cuja proteção é respaldada pela Convenção das Nações Unidas de 1951 relativa ao Estatuto do Refugiado e o Protocolo de 1967 sobre o Estatuto dos Refugiados.³³

Com efeito, a categorização dos países entre emissores e receptores de migrantes tornou-se atávica em certa medida, porquanto o cenário migratório contemporâneo engendra que países perpassem de forma simultânea por fluxos imigratórios e emigratórios, ou seja, que um mesmo lugar se apresente como origem, destino ou simplesmente trânsito de movimentos populacionais. Não por acaso, a literatura especializada sobre o tema, bem como as comunicações feitas em grandes eventos globais passaram, há algum tempo, a abandonar os prefixos ‘e’ e ‘i’, utilizando puramente os termos ‘migrante’, ‘migratório’, e ‘migração’. Esta mudança representa a própria modificação do contexto migratório mundial, uma vez que a “caracterização em um país de origem, de trânsito e de imigração assume significativa volatilidade. Países tradicionalmente de emigração, inclusive PEDs, transformaram-se em países de trânsito e de imigração, como no caso do Brasil” (FARIA, 2015, pg. 38).

É justamente na dimensão do Brasil enquanto país receptor que este capítulo concentrará seus esforços de pesquisa, como forma de determinar os principais elementos de atração determinantes ao direcionamento inédito do fluxo migratório haitiano ao nosso país.

3.1 O projeto de participação política internacional do Estado brasileiro e sua atuação na MINUSTAH

Conforme já exposto algumas vezes no decurso deste trabalho, é consabido que os fenômenos migratórios são motivados por uma miríade de fatores que envolvem tanto a sociedade de origem, como a de destino e até mesmo contextos globais. Alguns desses elementos são mais quantificáveis ou mesmo de mais fácil verificação, tais como indicadores econômicos, crises políticas e catástrofes. Por outro lado, determinados aspectos influentes nos movimentos migratórios necessitam de um escrutínio mais atento e abrangente para serem reconhecidos. É este o caso em que acreditamos enquadrar-se a política externa brasileira a partir do ano de 2003 – que marca o início do primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva – e a forma como foi promovida a presença econômica e militar do país no Haiti, a partir do comando da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti

³³ Faria, 2015, pg. 37/38.

(MINUSTAH).

Movimentos migratórios são o resultado de uma combinação de fatores e variáveis de natureza econômica, política, cultural, histórica e demográfica, entre muitas outras, por isso é difícil explicar o fenômeno. Apenas algumas das variáveis que influenciam a mobilidade da população, como o PIB e outros indicadores agregados de desenvolvimento, podem ser quantificadas, mas há uma ampla gama de elementos que não são específicos de uma matriz estatística e que têm um impacto significativo no comportamento migratório. **Por exemplo, relações históricas e políticas entre países, que em certos momentos contribuem para promover ou inibir o deslocamento de pessoas.**³⁴ (Tradução livre)³⁵ (Sem grifos no original)

É certo que a proximidade política e presença econômica e militar entre países não seja um fator diretamente causal do estabelecimento de fluxos migratórios. No entanto, quando associadas a um contexto que espousa diversos aspectos de repulsão migratória, tal como se apresenta a conjuntura haitiana – especialmente após o terremoto de 2010 –, pode se tornar um elemento determinante no direcionamento do movimento populacional. É nesse sentido que a “vinculação da ideia de um Brasil pujante, potência, no imaginário e no horizonte migratório haitiano consolidam o Brasil como país de destino de milhares de haitianos” (MAGALHÃES, 2017, pg. 132).

Em termos de contextualização, a política externa empreendida pelo Estado brasileiro a partir de 2003 compreendeu uma atuação de viés bastante inclusivo e diversificado, privilegiando aquilo que é conhecido como diálogo sul-sul – relações bilaterais e independentes entre países semiperiféricos e periféricos – e estabelecendo, nesse sentido, diálogos enfáticos com países africanos, outras nações emergentes e, sobretudo, os vizinhos sulamericanos, assentando-se na perspectiva de que o Brasil não poderia alcançar verdadeiro crescimento econômico e internacional num contexto em que estivesse cercado de países depauperados e submissos (SEITENFUS, 2014).

Insta ressaltar, de antemão, que as discussões promovidas nessa seção não têm o condão ou até mesmo o objetivo de efetuar um juízo de valoração acerca do trabalho desempenhado pela MINUSTAH durante os 13 anos de sua duração (2004 – 2017) ou mesmo

³⁴PIZARRO, op. cit., pg. 91.

³⁵ Los movimientos migratorios son el resultado de una combinación de factores y variables de índole económica, política, cultural, histórica y demográfica, entre muchos otros, por lo que resulta difícil explicar el fenómeno. Solo pueden cuantificarse algunas de las variables que inciden en la movilidad poblacional tales como el PIB y otros indicadores agregados de desarrollo, pero existe una amplia gama de elementos que no son propios de una matriz estadística y que inciden de manera significativa en el comportamiento migratorio. Por ejemplo, las relaciones históricas y políticas entre los países, que en determinados momentos contribuyen a promover o inhibir el desplazamiento de las personas.

um diagnóstico sobre a sua necessidade e consequências. Tais questões engendram debates ainda bastante controversos e densos aos quais esta pesquisa não pretende integrar. O que aqui se ambiciona é compreender o contexto de formação da missão, bem como o papel de destaque brasileiro e sua contribuição para o redirecionamento de parte do fluxo diaspórico haitiano rumo ao Brasil.

O convite ao governo brasileiro para que o país coordenasse as operações de pacificação do Haiti – em decorrência da crise instalada no país após a renúncia do então presidente Jean-Bertrand Aristide, mencionada no primeiro capítulo deste trabalho – ocorreu inicialmente de forma informal. No início do mês de março de 2004 o presidente Lula foi contactado por via telefônica pelo presidente dos EUA, George W. Bush, e pelo primeiro ministro da França, Jacques Chirac (SEITENFUS, 2014), ocasião em que ambos os chefes de Estado sugeriram ao governante brasileiro o comando militar da missão que deveria ser formada para auxílio do Haiti.

E ainda que o contato entre os presidentes não tenha sido precedido por qualquer comunicação formal ou mesmo resolução do Conselho de Segurança da ONU, a assertividade com que o convite foi feito sugeriu que os mandatários das duas potências já haviam alinhavado este movimento com os outros membros permanentes do Conselho de Segurança, bem como junto ao Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan. Com efeito, meses depois uma resolução formal torna o convite oficial (SEITENFUS, 2014).

A resposta brasileira ao chamado foi surpreendente tanto pelo aceite quanto pela rapidez com que foi acenada, mormente por significar uma ruptura com a tradição diplomática pretérita do país em não envolver-se em intervenções sobre outras nações através do meio bélico (MAGALHÃES, 2017). Não obstante, o protagonismo inédito oferecido ao Brasil com o comando da missão diante de um contexto em que as potências ocidentais se encontravam comprometidas com ações militares na “guerra ao terror” se mostrava como uma circunstância singular. Para mais, a rápida expansão econômica do país exigia uma eficiente ampliação da esfera política de influência internacional, à qual o papel de destaque no Haiti poderia contribuir, sobretudo por se alinhar ao novo paradigma diplomático brasileiro de viés humanitário e voltado aos países periféricos (SEITENFUS, 2014). Não apenas, a própria presença militar e liderança brasileiras no Haiti abriu caminho para a entrada das empresas brasileiras no mercado haitiano, sobretudo nas grandes obras de reconstrução financiadas pela ajuda internacional (MAGALHÃES, 2017), executadas por grandes empreiteiras e

construtoras tupiniquins que à época ainda não gozavam de tanta exposição midiática quanto atualmente.

Mais do que isso, interessava ao Brasil construir a imagem de um país mediador de conflitos e de grande influência regional na América Latina com vistas a pressionar uma reforma no Conselho de Segurança das Nações Unidas que, para além de mudanças estruturais e ampliação democrática, promovesse a entrada do país como membro permanente, ainda que inicialmente sem poder de veto (MAGALHÃES, 2017).

Tal pretensão, ao contrário da conjuntura inicial de arranjo institucional da ONU ainda em 1945, não contava com o suporte dos EUA na primeira década dos anos 2000, cuja posição de membro do Conselho de Segurança fazia de seu veto um obstáculo intransponível. Dessarte, ao receber uma proposta diretamente de Washington e Paris para liderar os esforços militares de pacificação no Haiti, especulou-se em Brasília que a ágil resposta positiva poderia proporcionar um olhar mais afável dos EUA à ambição brasileira (SEITENFUS, 2014).

Embora não o verbalize publicamente, o Brasil espera que sua ativa e preponderante participação na vertente militar da MINUSTAH tenham como resultado aumentar as credenciais para integrar de maneira permanente o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Muitos dirigentes brasileiros crêem, ingenuamente, que o caminho para Nova Iorque passa necessariamente por Porto Príncipe.³⁶

A intervenção militar externa consubstanciada na MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para estabilização do Haiti) nunca representou uma empreitada original aos olhos do Haiti, que já havia sido objeto de outras quatro operações da mesma natureza apenas na década anterior, as quais foram: a UNMIH (United Nations Mission in Haiti) de 1993 a 1996; a UNSMIH (United Nations Support Mission in Haiti) de 1996 a 1997; a UNTMIH (United Nations Transition Mission in Haiti) em 1997; e a MIPONUH (Mission de Police Civile des Nations Unies en Haïti) de 1997 a 2000 (ONU, 2018).

De outra banda, sob o espectro brasileiro, ainda que o país já houvesse participado de diversas outras missões de pacificação pelas Nações Unidas desde 1947 (ONU, 2018) – em operações situadas na África (entre outras, no Congo, Angola, Moçambique, Libéria, Uganda, Sudão), América Latina (El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Haiti), Ásia

³⁶ SEITENFUS, Ricardo. Haiti. Dilemas e Fracassos Internacionais. Ijuí/RS: Editora UNIJUÍ, 2014. pg. 120.

(Camboja, Timor-Leste) e Europa (Chipre, Croácia) – a MINUSTAH representou circunstâncias únicas que realçam sua importância para o Brasil, situando-se como o maior deslocamento militar de tropas nacionais desde o fim da Segunda Guerra Mundial, bem como a primeira vez que um contingente militar sulamericano compõe a maioria do efetivo de uma missão de paz em sua integralidade, e o ineditismo do comando brasileiro durante toda a duração da missão, mormente pela ausência de militares estadunidenses, franceses e canadenses (SEITENFUS, 2014).

Ocorre que, para além da ampla presença militar, o Brasil promoveu durante todo o período da missão contatos de outras categorias, envolvendo-se em cerca 40 projetos promovidos através do Acordo Básico de Cooperação Técnica Bilateral de 2004. Tais iniciativas não contaram com a participação exclusiva brasileira, uma vez que congregaram outros países cooperadores, e se inseriram nos campos de educação, saúde, justiça, segurança, esportes, agricultura, meio ambiente, formação profissional, segurança alimentar, entre outros (MAGALHÃES, 2017).

De forma específica, merecem destaque alguns projetos de reconstrução e desenvolvimento no Haiti cuja participação brasileira é de grande relevância, tais como a construção de estradas na região Sul do país através da construtora OAS (MAGALHÃES, 2017), além da assistência na edificação de uma usina hidrelétrica no rio Artibonite; e o programa coordenado pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) para produção de hortaliças na área de *Kenscoff* e com o aporte financeiro da ABC (Agência Brasileira de Cooperação). Com efeito, a Embrapa desenvolve um trabalho bastante extenso em terras haitianas, possuindo uma unidade de validação de tecnologia e promovendo até mesmo o mapeamento via satélite do país como forma de melhor administrar seus recursos hídricos (ANDRADE, MORAES, MATTOS, 2013).

Em termos de formação profissional, o governo brasileiro promoveu em Porto Príncipe um centro de qualificação junto ao SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) para o desenvolvimento de mão de obra capaz para construção civil. Já na esfera da saúde, em adição à manutenção dos hospitais de campanha do exército, realizou a construção de cisternas para o acesso da população local à água potável em diversos pontos da região metropolitana de Porto Príncipe, além de, junto ao governo canadense, ter desenvolvido o Programa Nacional de Imunização do Haiti, que fomentou campanhas de vacinação em todo o país (ANDRADE, MORAES, MATTOS, 2013).

Finalmente, em complemento à presença do governo e iniciativa privada brasileiros no Haiti, deu-se também o trabalho de diversas ONGs (Organização Não Governamental) oriundas do Brasil com forte atuação no espectro humanitário, a exemplo do GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção da Aids), da Viva Rio, da Pastoral da Criança, da Diaconia, além de outras tantas cuja atuação foi igualmente marcante em termos de reforço da imagem brasileira junto à população haitiana (ANDRADE, MORAES, MATTOS, 2013).

De fato, é “precisamente a partir destas pressões e pretensões que o Brasil encontra o Haiti antes de os imigrantes haitianos encontrarem o Brasil” (MAGALHÃES, 2017, pg. 118).

Depreende-se que a atuação brasileira no Haiti, por meio desses projetos apresentados, pelas ONGs e em virtude da liderança da MINUSTAH desde 2004, transformou o país em um referencial no imaginário dos cidadãos haitianos. Isso vem levando muitos migrantes do Haiti a escolherem o Brasil como destino. O movimento migratório, portanto, além de ser ocasionado da repulsão decorrente da crise política-socioeconômica e das recentes catástrofes naturais, é influenciado pelos fatores de atração verificados no Brasil.³⁷

Outro efeito pungente da presença brasileira no Haiti é a circulação de um grande volume de informações acerca do país – não apenas pelo contatos com militares e trabalhadores, mas até mesmo nos meios de comunicação – incorretas o suficiente para construir um imaginário bastante díspare da realidade brasileira. Parte desse fenômeno é motivado pela conduta pérfida dos coites, cuja atividade prospera conforme mais haitianos decidam pela migração, e por isso difundem a idéia de que o Brasil é um país que provê altos salários para empregados pouco qualificados, além de facilidade de obter vistos laborais e chances remotas de deportação (SANTOS, 2014; MAGALHÃES, 2017).

Por outro lado, informações imprecisas sobre a sociedade brasileira formam-se no Haiti até mesmo sem qualquer intenção escusa envolvida, como no caso do contingente militar brasileiro. A estrutura hierárquica do exército do Brasil engendra diversas vezes contextos em que um militar branco possui uma patente inferior a um militar negro, naturalmente dele recebendo ordens. Sob a ótica da população haitiana, tais episódios indicam a existência de uma democracia racial no Brasil, em que a ascensão social é amplamente aberta para pessoas negras. Tais impressões são rapidamente desvanecidas logo nos primeiros

³⁷ ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de; MORAES, Isaias Albertin de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. Revista Conjuntura Austral, Porto Alegre, v. 4, n. 20, p.95-114, out./nov. 2013. pg. 101.

momentos em que os imigrantes chegam em território brasileiro. É nesta conjuntura de impressões errôneas acerca da malha social e situação laboral do Brasil, que o país se torna um sedutor destino para a diáspora haitiana, sobretudo quando sopesado o robusto histórico de migração desse país (MAGALHÃES, 2017).

Nesse sentido, dentro dos estudos acerca das migrações internacionais foi criada uma categoria baseada pelo movimento populacional realizado a partir de ex-colônias em direção às antigas metrópoles – notadamente sulamericanos e caribenhos rumo à Espanha, bem como argelinos e marfinenses rumo à França e congoleses rumo à Bélgica, entre outros tantos exemplos possíveis – sob o termo de “migrações coloniais” (COVARRUBIAS, 2010). No esteio desse conceito, Luis Felipe Aires Magalhães (2017) desenvolveu a perspectiva de que o fluxo migratório haitiano, ao ser condicionado pela presença política, econômica e militar do Brasil naquele país se ajusta ao que chamou de “migração de dependência”:

A “migração de dependência” expressa um fluxo migratório internacional formado através da presença, econômica, política e militar, de um país dependente (Brasil) em outro (Haiti). Aporta-se esse adjetivo ao fluxo pois são justamente as contradições do desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro que levaram o Brasil ao Haiti: a expansão econômica ao exterior; a busca por um assento no Conselho de Segurança da ONU, que confirmasse politicamente essa expansão econômica; a procura de negócios rentáveis para suas construtoras e empreiteiras, através da construção de obras de infra-estrutura, como a da estrada entre Les Cayes, cidade portuária, e Jérémie, ambas no sul do Haiti; a presença nos lucrativos negócios de reconstrução do país, pós-Terremoto de 2010; e a presença e coordenação da Minustah, como garantia ao mundo de que o Brasil era um ator não apenas econômico mas também político e militar relevante nas relações internacionais.³⁸

É justamente a partir dessa influência multifacetada exercida pelo Brasil em solo haitiano que se estabelece a figura de um país portentoso e próspero, sobretudo diante da população do Haiti, que experienciou um dramático decréscimo em suas condições de vida – pelo caos político, social e a tragédia do terremoto – em um período simultâneo ao da missão de paz da ONU. Tal contexto se mostra ideal para a formação de um movimento migratório de dependência, uma vez que a presença estrangeira se insere na vida da população nativa tanto de forma objetiva quanto subjetiva, influenciando os projetos de migração preteritamente estabelecidos (MAGALHÃES, 2017).

Dessarte, não nos restam dúvidas de que a proximidade criada entre Brasil e

³⁸ MAGALHÃES, op. cit., pg. 118/119.

Haiti a partir do contexto da expansão político econômica brasileira representa um fator determinante ao redirecionamento de parte do fluxo migratório haitiano. Por outro lado, tal elemento ganha robustez quando coadunado a uma conjuntura em que os destinos tradicionais dessa diáspora se apresentam menos acessíveis. É sobre este cenário que se debruçará a próxima seção dessa pesquisa.

3.2 A deterioração dos destinos tradicionais do deslocamento populacional haitiano

Como visto, o Haiti situa-se no cenário global como um país de histórica tradição migrante e, por conseqüência, a referida tradição estabeleceu através do tempo os destinos mais usuais para tal deslocamento populacional. Dessa forma, não é descabido imaginar que o remanejamento do fluxo migratório haitiano para um destino inédito como o Brasil relacione-se em alguma medida com o abandono parcial de outras opções mais comumente acionadas pela diáspora haitiana, sobretudo os países centrais na economia global com notórias comunidades migrantes oriundas do Haiti, como Estados Unidos da América, Canadá e França. Nessa esteira, ao observar determinados eventos ocorridos na primeira década dos anos 2000 é possível identificar fatores que comprometeram de forma contundente a migração para os retrocitados locais.

Os atentados terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001 contra o *World Trade Center*, em Nova York, e as instalações do Pentágono, em Washington, foram a força motriz de uma dramática mudança de paradigma em termos de segurança nacional e política migratória nos EUA e que logo se irradiou através do resto do mundo, especialmente na Europa (PIZARRO, 2008). De fato, tal mudança envolveu em grande medida a interpolação destes dois temas. Não obstante, cumpre ressaltar que preocupações desta ordem são pretéritas ao fatídico evento nas Torres Gêmeas, notadamente no contexto da Guerra Fria, duas décadas antes. Mesmo assim, os atentados terroristas de 2001 representaram um impacto enorme no que se pode considerar um fenômeno de securitização das migrações (FARIA, 2015), verificável na medida em que a proporção de países que empregaram políticas com fito na diminuição da chegada de imigrantes aumentou de singelos 7% em 1976 para 34% em 2003 (ONU, 2018). Com efeito, logo após a ocorrência dos atentados foram implementadas medidas severas no esteio do *Patriot Act* que anteriormente eram consideradas descabidas, a exemplo da utilização de biometria para identificação dos indivíduos que chegam ao país, bem como uma ampliação significativa de exigências burocráticas e de informação para a

expedição de vistos em órgãos consulares (PIZARRO, 2008).

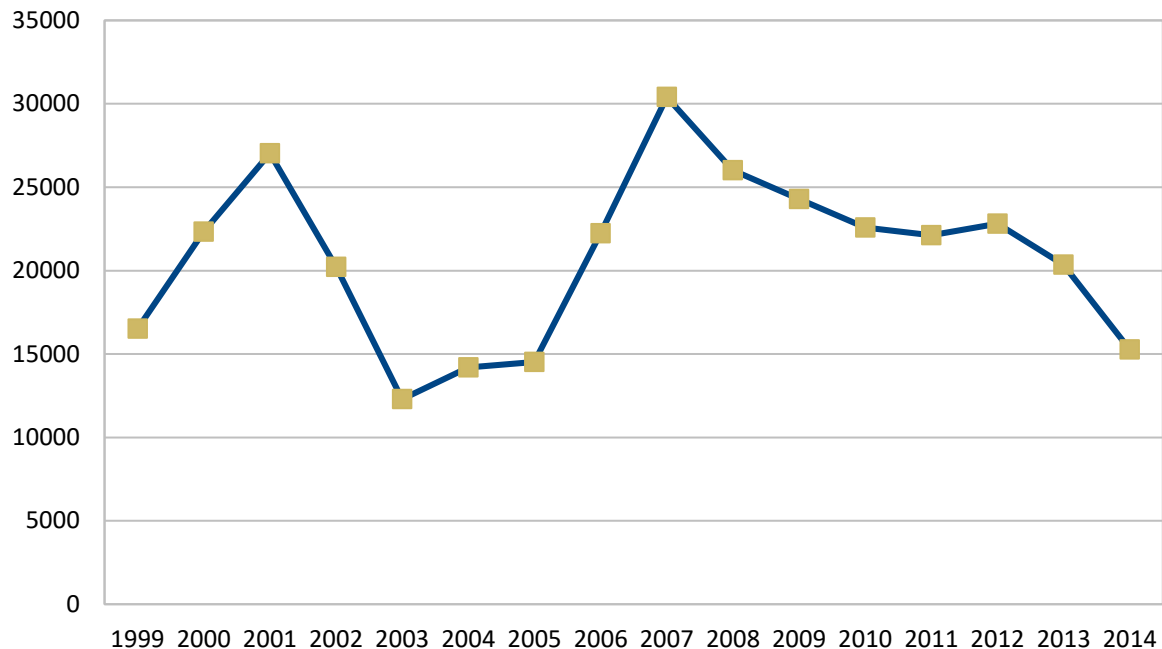
Desse modo, foi estabelecido um liame direto – que não encontra sustentáculo na análise sóbria dos fatos – entre imigração e terrorismo, ao que se seguiu a transformação dos assuntos migratórios em temas de segurança nacional (PIZARRO, 2008). Ainda que os indivíduos sabidamente envolvidos nos atentados tivessem sua situação regulamentar em ordem e pertencessem a tradicionais comunidades migrantes no EUA, com décadas de presença em solo estadunidense (FARIA, 2015). De toda forma, o discurso securizante se cristalizou rapidamente no esteio do medo e trauma deixados nos escombros das Torres Gêmeas e passou a balizar todas as discussões acerca de matéria migratória (PIZARRO, 2008).

A 'securitização' das migrações internacionais constitui o aspecto mais dramático do debate contemporâneo sobre migrações. Tal tendência resultou, em larga medida, do terror inaugurado pelos ataques às Torres Gêmeas, em setembro de 2001, assim como dos ataques terroristas em Madri e em Londres, em 2004 e 2005, respectivamente. Embora as investigações tenham revelado que os vínculos com as migrações foram tênues, uma vez que os indivíduos envolvidos vinham de comunidades há muito estabelecidas nos países onde ocorreram os eventos e já eram, em sua maioria, nacionais desses países, o ocorrido chamou atenção e conferiu visibilidade às comunidades de migrantes em países ocidentais, sobretudo aquelas de credo muçulmano, e contribuiu para exacerbar sentimento xenófobo em grandes parcelas das sociedades dos países receptores. No plano político, suscitou retrocessos significativos nas liberdades civis, cujo exemplo são as medidas antiterror adotadas pelo governo George W. Bush, nos EUA, no período imediatamente posterior aos ataques terroristas àquele país, consubstanciadas no *Patriot Act*, de 2001, que incorporou mudanças radicais na forma como o governo pode monitorar e investigar a vida privada dos cidadãos.³⁹

A instauração das medidas anti-migratórias e o endurecimento dos processos necessários à obtenção de vistos para residência nos EUA teve efeito imediato na diáspora haitiana, cujo volume rumo aos Estados Unidos aumentava desde 1999 e passou a decrescer dramaticamente a partir de 2001 (Gráfico 4) em decorrência da política de impedimento para obtenção de vistos e até mesmo extradições. É somente em 2005 que o fluxo de imigrantes haitianos retoma crescimento e começa a se aproximar da dimensão verificada quatro anos antes.

³⁹ FARIA, Maria Rita Fontes. Migrações internacionais no plano multilateral: reflexões para a política externa brasileira. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015. pg. 43.

**Gráfico 4 Número de imigrantes haitianos com visto de residência permanente nos EUA
1999 - 2014**



Fonte: Elaboração própria feita com base nos dados concedidos pelo *Migration Policy Institute* (MPI).

O gráfico retro exposto revela, além do efeito drástico dos atentados terroristas de 2001 no volume migratório haitiano para os EUA, uma segunda onda de diminuição do fluxo a partir de 2007, esta por sua vez, motivada pela crise financeira irrompida no mesmo ano nos Estados Unidos e, tal qual as políticas anti-migratórias, rapidamente irradiadas até os países europeus. É justamente no contexto do colapso financeiro das economias centrais do globo que o nível de remuneração e ofertas de emprego nesses locais é agudamente comprometido (MAGALHÃES, 2017), sobretudo na faixa social na qual se enquadram a maioria dos imigrantes com origem no Haiti, diminuindo a frequência e o volume das remessas dos indivíduos em diáspora, o que, conforme já verificado no teor dessa pesquisa, é um fator determinante ao projeto migratório haitiano.

Nessa perspectiva, ainda que a presença militar, econômica e política brasileira no Haiti a partir da atuação da MINUSTAH se estabeleça desde 2004, ela somente se tornou determinante ao redirecionamento da diáspora haitiana em direção ao Brasil na conjuntura de crise financeira dos destinos tradicionais desse fluxo, com a deterioração das condições de vida da população migrantes nessas economias a partir de 2008 (MAGALHÃES, 2017).

Referida deterioração se traduziu em diversos aspectos distintos, desde a militarização e vigilância ostensiva das fronteiras nacionais com o escopo de impedir a entrada de imigrantes, passando pelo crescimento da xenofobia com práticas discriminatórias de cunho racial e religioso, chegando até mesmo ao comprometimento a nível institucional da situação jurídica da população migrante através do cancelamento de vistos e aumento de operações para deportação (FARIA, 2015; MAGALHÃES, 2017). No centro desse quadro de degradação, insere-se a piora sensível do mercado laboral para os indivíduos em diáspora, porquanto as medidas de austeridade aplicadas pelos governos das grandes economias em crise – ajustes restritivos nos programas sociais, redução de direitos e garantias trabalhistas, arroxco salarial e ampliação do tempo de trabalho necessário à aposentadoria – não impedem o crescimento do desemprego e da informalização das relações de trabalho, fazendo com que os trabalhadores nacionais se coloquem a disputar vagas laborais que, em tempos de desestabilidade econômica, só interessariam à população migrante, construindo um contexto de disputa entre a força de trabalho nativa e a estrangeira, levando inevitavelmente ao exurgimento dos discursos xenofóbicos (COTINGUIBA, 2014; HANDERSON, 2015; MAGALHÃES, 2017).

Não é dizer, frise-se, que a xenofobia nasceu nas sociedades receptoras de imigrantes a partir da crise financeira de 2007. Com efeito, a discriminação racial, religiosa e ao estrangeiro em geral está no cerne de muitos países centrais da economia mundial, ao passo que a própria concepção de estrangeiro é elemento latente na formação do Estado Moderno, porquanto suas fronteiras encampam não apenas a geografia, mas também a etnicidade e por vezes até a religião. Nesse sentido, a formação das identidades nacionais se dá no processo de invenção e negação do outro, comumente representado como antagonista, num processo em que o “diverso, converte-se, historicamente, em adverso” (MAGALHÃES, 2017, pg. 82). De toda forma, é na conjuntura de crise do sistema financeiro e suas repercussões no quadro laboral das sociedades receptoras que o discurso xenofóbico ampliou sua força social, influenciando políticas públicas.

A apropriação destas condições se dá, em termos gerais, por grupos protecionistas, caracterizados por um discurso e uma prática nacionalista que, senão de ultradireita, no mínimo conservadora. A xenofobia enquanto ideologia organizada (BARRICARTE, 2010; SILVA e MEDEIROS, 2009; SANTOS, 2016) é utilizada como instrumento de pressão por esses setores – como também muitos sindicatos de trabalhadores –, logrando tensionar os governos dos países receptores de imigrantes internacionais a reformas

migratórias, supressão de direitos aos imigrantes e mesmo restrição de serviços públicos antes tidos como universais.⁴⁰

Em suma, o cenário da população migrante que insistiu em se dirigir ou permanecer nos destinos tradicionais da diáspora haitiana sofreu intensa degradação, porquanto tais indivíduos se situam no estrato social mais frágil desses locais e representam a força de trabalho mais volátil da escala produtiva, ocupando primariamente vagas temporárias – e por vezes informais, sobretudo num contexto de irregularidade documental – e sem exigências de alta qualificação, geralmente alocadas nas áreas da construção civil, manufatura e serviços, quase nunca contempladas pelas benesses de bem estar social praticadas nesses países (FARIA, 2015).

Dessarte, ainda que os avanços em termos de comunicação e transporte por grandes distâncias tenha representado uma “diminuição” do planeta e facilitado em grande medida o contato entre diferentes povos, tal fenômeno foi acompanhado pelo reforço das fronteiras nacionais, num empreendimento desenvolvido para limitar a circulação migratória (FARIA, 2015), a exemplo dos Estados Unidos da América e da Europa. É nesse sentido que a nacionalidade se torna uma vantagem social determinante na contemporaneidade, na medida em que “a cidadania nas democracias liberais ocidentais é o equivalente moderno dos privilégios feudais - um status herdado que aumenta enormemente as oportunidades de vida” (CARENS, 1987, pg. 252, tradução livre⁴¹).

O rigor e a sofisticação dos instrumentos contemporâneos de controle de fronteiras reforçam a percepção sobre a natureza estanque das sociedades nacionais modernas. Aspecto relevante a se realçar no estudo da história das migrações é precisamente o fato de que o controle das fronteiras é relativamente recente na História, inaugurado a partir da formação dos Estados nacionais. A História humana, marcou-se, ao contrário, pelo contínuo deslocamento de pessoas.

[...] assim como o capitalismo apropriou-se dos meios de produção e o Estado dos meios de violência, também os 'meios de movimento' foram apropriados dos indivíduos e de entidades privadas (como a Igreja) pelos Estados modernos, adquirindo o Estado o monopólio da 'autoridade' para restringir e controlar os movimentos através e dentro das fronteiras nacionais. Desse processo, resultou a usurpação da liberdade de ir e vir dos indivíduos, bem como a necessidade de se adquirir autorização para deslocamento, a ser emitida pelos Estados.

⁴⁰ MAGALHÃES, op. cit., pg. 82.

⁴¹ [...] citizenship in western liberal democracies is the modern equivalent of feudal privileges – an inherited status that greatly enhances one's life's chances.

[...] O controle por meio da emissão de documentos de identidade foi decisivo para se determinar os direitos e deveres que seriam associados à cidadania e à participação do indivíduo, ou à sua exclusão, do Estado-nação. A questão da identificação dos nacionais resvala, assim, na identificação do imigrante como aquele que não possui os documentos de identidade exclusivos das populações locais. O registro geral, os documentos de identidades e as leis são os fatores que determinam a identidade dos imigrantes.⁴²

A partir do contexto de “fechamento” das fronteiras, deterioração das condições de vida e medidas bruscas de extradição a partir de 2007 – sobretudo nos Estados Unidos e França, destinos preferenciais – que o fluxo migratório haitiano inicia um processo de reorientação, agravado na urgência promovida pelo terremoto em 2010, para a América do Sul (MAGALHÃES, 2017). Não obstante, um dos primeiros destinos eleitos pelos imigrantes do Haiti nessa conjuntura foi a Guiana Francesa, cuja irmandade colonial e pertencimento à zona do euro também representava uma opção sedutora. Todavia, o país replicou o isolamento perpetrado por sua ex-metrópole e só então o movimento diaspórico haitiano ajustou sua rota ao Brasil, mormente pelos elementos de pujança econômica e familiaridade adquiridos no período da missão de paz já apontados anteriormente, mas também pela facilidade representada na falta da exigência de visto para entrada no Equador e no controle fronteiriço inconsistente do Peru e da Bolívia.

O fato de o Equador, principal ponto de entrada dos haitianos por via aérea, não exigir visto ou qualquer outro requerimento de entrada aos estrangeiros no país revelou-se fator fundamental para a viabilidade dessa rota migratória. Essa postura decorre de convicções ideológicas do movimento político liderado pelo presidente Rafael Correa, plasmadas pela Constituição de Montecristi, de 2008, nos conceitos da 'cidadania universal' e da 'livre mobilidade de todos os habitantes do planeta', que se tornaram princípios básicos constitucionais das relações exteriores do Equador.⁴³

⁴² FARIA, op. cit., pg. 114/115.

⁴³ ibidem, pg. 87.

Figura 5 Mapa que mostra as principais rotas migratórias desde o Haiti ao Brasil



Fonte: imagem coletada *online*.⁴⁴

Cumprе ressaltar, com vistas a evitar um equívoco conceitual, que a inserção do Brasil na rota migratória haitiana não significa em nenhuma medida o abandono completo dos destinos tradicionais como EUA, Canadá e França (MAGALHÃES, 2017). Uma grande parte dos projetos de migração empreendidos pelos haitianos continua a eleger tais localidades, de modo que o Brasil não as substitui, mas a elas se junta.

E em última análise, essa junção também acontece na medida em que diante da austeridade flagrada nas economias centrais, o Brasil demonstrou um contexto de estabilidade

⁴⁴Imagem disponível em: <<https://infogram.com/imigracao-haitiana-ao-brasil-1gxop47v98qwpwy>>. Acesso em 20 de maio de 2018.

econômica e oportunidade laboral surpreendente que é objeto da última parte desse estudo.

3.3 A prosperidade econômica brasileira na primeira década dos anos 2000

Se elementos relativamente subjetivos como a proximidade política ou a presença militar e econômica podem influir de forma considerável na formação de um fluxo migratório, as condições econômicas e de inserção laboral na sociedade de destino são não apenas decisivas, mas também muito mais objetivamente quantificáveis. Os projetos migratórios sempre privilegiaram historicamente a movimentação para locais que oferecessem conjunturas para reprodução socioeconômica mais favoráveis do que as encontradas nas localidades de origem. Corrobora tal perspectiva o fato que 63% da população migrante mundial reside em países desenvolvidos do globo (ONU, 2018).

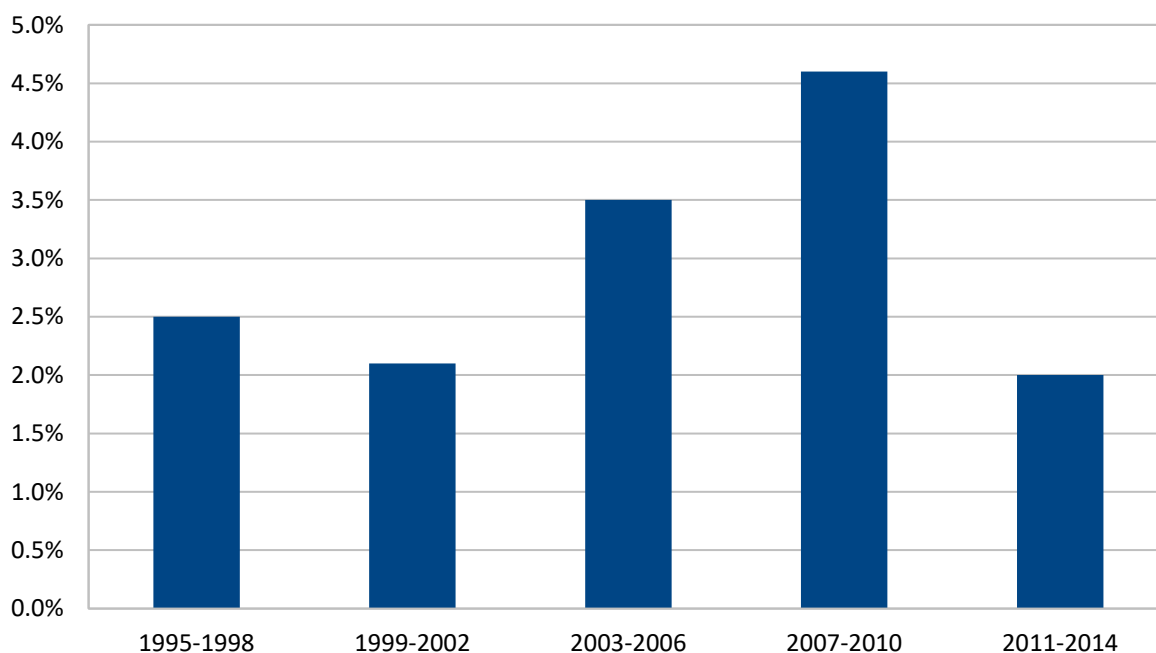
Nesse sentido, ao analisar o redirecionamento parcial da diáspora haitiana rumo ao Brasil a partir do ano de 2010, não se pode alienar a atração exercida pelo momento econômico brasileiro naquela primeira década dos anos 2000 e as expectativas a ele relativas para o futuro, sobretudo, vis-à-vis o contexto de crescente desigualdade mundial e crise enfrentada pelas grandes potências a partir de 2007.

Insta salientar, de início, que a política econômica do primeiro mandato do ex-presidente Lula, de 2003 a 2006, revela mais congruências com o modelo implementado no governo do ex-presidente anterior Fernando Henrique Cardoso do que diferenças. Com efeito, os planos de ambos os mandatos priorizaram o “respeito aos contratos internacionais, combate à inflação, controle dos gastos do governo para manutenção do superávit primário e realização de reformas (previdenciária, tributária e monetária) como forma de ‘desonerar’ o Estado e manter a estabilidade monetária” (MAGALHÃES, 2012, pg. 117).

Análises recentes têm indicado que este primeiro momento de ativa participação estatal na economia veio acompanhado de um contexto internacional amplamente favorável ao desenvolvimento econômico nacional, através da vasta ampliação das exportações brasileiras para China e Estados Unidos, dois grandes mercados consumidores. Todavia, a fórmula econômica adotada no Brasil foi posteriormente transmutada em face da crise financeira que afetou primeira e mais severamente as grandes potências, em especial os EUA. Isto porque diante da diminuição instantânea do volume de exportações brasileiro, o governo decidiu por diminuir sistematicamente a taxa de juros como

forma de aquecer o consumo interno e conseqüentemente a força de produção, conquistando certa autonomia em relação às grandes potências. O engendramento de um cenário de expansão de crédito terminou por elevar o nível de consumo e combater a baixa nas exportações de forma interna. Destarte, o interregno de oito anos de governo Lula – findo em 2010 – terminou por alcançar uma condição de alta empregabilidade com a criação de 14,7 milhões de vagas laborais, aumento real do salário mínimo e diminuição da concentração de renda, no que se verificou uma diminuição do índice de Gini na ordem de 0,59 para 0,54 (SANTOS, 2014; MAGALHÃES, 2017). O surpreendente desempenho econômico brasileiro nesse período fica ainda mais evidente quando observado que o crescimento mais significativo do PIB – Produto Interno Bruto – nacional ocorreu no próprio período da crise financeira (Gráfico 5).

Gráfico 5 Taxa média anual de crescimento do PIB por período governamental 1995 – 2014



Fonte: Elaboração própria feita com base nos dados concedidos pelo Ipea-data.

Urge destacar, ainda, que a busca por autonomia do Brasil em relação às grandes economias representou uma expansão de relações com outros países emergentes – o que levou, inclusive, à realização em 2003 do Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), iniciativa embrionária que deu origem aos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) – e o aumento de influência política e econômica não somente junto aos vizinhos latino-

americanos, mas especialmente rumo à Ásia e África (MAGALHÃES, 2012; SEITENFUS, 2014).

No caso da África, a região se constituiu como uma prioridade do governo Lula, tendo o presidente realizado 11 visitas ao continente (até junho de 2010) e aberto novas embaixadas nos países africanos. Historicamente a região tem sido alvo do interesse da diplomacia brasileira, seja pela proximidade cultural, pela contribuição da matriz africana à formação do povo brasileiro e pela proximidade linguística, pelo interesse comercial em buscar no continente mercados e oportunidades para as empresas e produtos brasileiros, ou até mesmo, o interesse em garantir a segurança de um ambiente geográfico comum, o Atlântico Sul.⁴⁵

Assim, no esteio do desenvolvimento econômico – ainda que com suas contradições – e ampliação das esferas de influência política, o Brasil se alçou à condição de potência regional com razoável relevância no contexto geopolítico global, fato que não passou despercebido dentro do Haiti, especialmente no contexto da missão de estabilização lá empreendida sob a liderança brasileira.

O Brasil foi, ao longo de sua história, país receptor de imigrantes. As migrações contribuíram para formar nossa nacionalidade: significativa diversidade e riqueza cultural brasileiras são o legado de várias ondas migratórias, de continentes e países diversos, que, ao longo dos séculos, por diferentes meios e razões, ocuparam e colonizaram o território brasileiro. Partiram de migrantes os primeiros relatos da terra brasileira e do encontro entre a cultura nativa e a do colonizador, como a Carta de Pero Vaz de Caminha e os relatos de Manuel da Nóbrega e outros. A cultura brasileira reflete, por igual, os costumes e tradições indígenas, assim como a história trazida para o Brasil pelos mais de quatro milhões de africanos escravizados, durante a vigência da escravidão no país. Entre 1836 a 1980, houve grande diversidade de raças, povos e nacionalidades que imigraram para o Brasil. Os maiores contingentes, nesse período, foram de portugueses, italianos, espanhóis, alemães, japoneses, russos, austríacos, sírio-libaneses, poloneses e franceses. Até 1980, portanto, as questões migratórias interessavam ao Brasil na perspectiva de país de destino.

A partir da década de 80, o aumento das facilidades de informação e transporte intercontinental, associados ao processo de globalização, conjugou-se a quadro doméstico de estagnação econômica e desemprego, o que acabou por desencadear o início de correntes migratórias que se prolongam até os dias atuais. O Brasil se deu conta, paulatinamente, inclusive na formação da política nacional migratória, de que se tornara também um país de emigração. **Desde os anos 2000, com a retomada da economia, entre outros aspectos, o Brasil tem retomado progressivamente a condição de país de destino. O número crescente de**

⁴⁵ SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. A Política Externa brasileira nos oito anos do Governo Lula: legados e lições para a inserção do Brasil no mundo. In: De Paula, Marilene (org.). “Nunca Antes na História desse País”...? Um balanço das políticas do Governo Lula. Rio de Janeiro – RJ: Fundação Heinrich Böll, 2011. pg. 107.

haitianos, bolivianos e outros que adentram o país diariamente é sinal da atual natureza dual do Brasil no campo migratório.⁴⁶ (Sem grifos no original)

Em corroboração à nova imagem e tomada de posição do Brasil no cenário mundial, se anunciaram a realização dos mega eventos desportivos para a década seguinte – a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016 – cujas obras diretas e de infraestrutura prometiam uma oferta vasta e diversificada de vagas de emprego, sobretudo no ramo da construção civil, área que não exige vasta experiência ou qualificação e à qual grande parte dos migrantes haitianos já era familiarizada (FARIA, 2012; ALESSI, 2013; SANTOS, 2014; MAGALHÃES, 2017). Efeito semelhante tiveram a divulgação do projeto para construção da usina hidrelétrica de Belo Monte e a perspectiva de exploração petrolífera da camada do Pré-Sal (ANDRADE, MORAES, MATTOS, 2013).

E se o momento econômico representava um elemento de atração populacional robusto, determinadas comunicações feitas pelos chefes de governo brasileiro soaram como verdadeiros convites diretos. A primeira a partir do ex-presidente Lula, quem em sua primeira visita ao Haiti, logo após o terremoto afirmou estar de braços abertos aos haitianos (SANTOS, 2014). A segunda já proferida pela ex-presidenta Dilma Rousseff, que na ocasião de sua estada no Haiti disse:

Reiterei que continuaremos cooperando para criar para os haitianos condições de vida melhores no próprio Haiti. Deixei claro, no entanto, que como é da natureza dos brasileiros, estamos abertos a receber cidadãos haitianos que optem por buscar oportunidades no Brasil.⁴⁷

Dentro de certas teorias no campo dos estudos migratórios, o período de globalização contemporâneo engendra a maior desigualdade socioeconômica já observada na história e se revela com espantável clareza nos espectros dos movimentos populacionais externos. Um consectário desse contraste é a promoção de regimes migratórios profissionalmente calculados nas sociedades receptoras, incentivando a vinda de profissionais qualificados oriundos de regiões subdesenvolvidas e ocasionando o conhecido fenômeno da fuga de cérebros, que alija países já carentes em mão de obra especializada de seus cidadãos mais capazes e agrava ainda mais o contexto de desigualdade. De outra banda, indivíduos com formação limitada enfrentam severas dificuldades para empreender projetos migratórios,

⁴⁶FARIA, op. cit., pg. 65/66.

⁴⁷Texto disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/02/estamos-abertos-receber-cidadaos-haitianos-diz-dilma-no-haiti.html>>. Acesso em 20 de maio de 2018.

sendo gradativamente excluídos (FARIA, 2015).

Desse modo, ao reunir uma conjuntura de prosperidade econômica e oportunidades de emprego sem exigência de complexa qualificação, o Brasil proporcionou condições de reprodução social que, aos olhos dos imigrantes haitianos, nem mesmo os países desenvolvidos eram capazes de oferecer no esteio da grave crise financeira.

Ao fim desta etapa da pesquisa, foi possível observar que a condição do Brasil como ponto de destino da diáspora haitiana conformou-se não só pela deterioração das condições de vida nas sociedades receptoras tradicionais, mas em grande medida pela própria iniciativa brasileira em diferentes contextos, fosse na busca por projeção internacional a partir da liderança da MINUSTAH ou nas medidas econômicas anticíclicas tomadas durante a crise financeira de 2007, retardando seus efeitos e perpassando uma imagem de prosperidade em meio a conjuntura global pessimista.

Confirmada ou não, o Brasil foi a boa esperança da diáspora haitiana na segunda década do século XXI.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas acerca da diáspora haitiana tornaram-se, para além de necessárias, frequentes no Brasil nos últimos anos, mormente pela sua presença no nosso país. Tal circunstância se eiva de urgência, na medida em que os grandes veículos de comunicação não demonstraram um entendimento minimamente razoável sobre o tema e promoveram um lamentável espetáculo de desinformação e preconceito, caindo na “ironia da famosa frase do romancista Max Frisch ao se referir aos imigrantes que chegavam à Suíça em 1965: ‘queríamos mão de obra e chegaram pessoas.’ Continuará chegando mão de obra imigrante no Brasil, mas também pessoas que adoram outros deuses, gostam de outras comidas e têm cosmovisões de mundo diferenciadas.” (CAVALCANTI, 2013, pg. 47).

O estudo das migrações, em si, exige fôlego do pesquisador, uma vez que seu caráter multifacetado e diverso demanda análises multidisciplinares que circulam pelos campos histórico, sociopolítico, ambiental, geológico, econômico, demográfico, entre outros. Neste trabalho, ao buscar-se compreender de que forma uma fração considerável do contingente migratório haitiano elegeu o Brasil como destino, não raras vezes foi necessário trafegar por disciplinas exógenas à área de conforto deste autor. Inobstante, as perguntas formuladas para essa pesquisa não se permitiram responder de forma monotemática.

Pelo contrário, a diversidade e a complexidade das migrações na atualidade exige diferentes olhares interdisciplinares, pois, como fato social a migração está formada por deslocamentos de pessoas no espaço geográfico, mas também em outros espaços, como podem ser o social, o político, o econômico ou o cultural.⁴⁸

O esforço dessa pesquisa possibilitou delinear o processo diaspórico haitiano como um fenômeno histórico, que se desenvolve desde o período colonial e possui verdadeiro valor simbólico dentro da sociedade haitiana contemporânea. Nesse contexto, a ousadia pela criação da Primeira República Negra no mundo foi punida com a inanição econômica e subjugação política e militar. De igual maneira, foi possível perceber a influência econômica nos núcleos familiares e no próprio Haiti enquanto país dos envios monetários a partir dos trabalhadores migrantes, constituindo elemento vital no consumo e subsistência familiar e no planejamento dos projetos migratórios haitianos. Em outra esfera, observou-se que o contexto

⁴⁸ CAVALCANTI, Leonardo. Imigração e mercado de trabalho no Brasil: características e tendências. Périplos: Revista de pesquisa sobre migrações, Brasília, v. 1, n. 2, p.35-47, 2015. pg. 36.

ambiental haitiano é altamente sensível à catástrofes naturais – e, portanto, um fator de repulsão migratória influente –, parte por condições naturais inerentes à sua localização geológica e geofísica, parte pela exploração desmedida de seus recursos naturais, ora por potências estrangeiras, ora por elites locais inconsequente e por vezes até mesmo por ambas em conluio.

Foi possível concluir também que o Brasil foi ao Haiti antes do inverso acontecer, com objetivos que envolviam desde a elementar causa humanitária até o aproveitamento da oportunidade de se erigir a um papel de liderança política regional com vistas à conquista de um assento no Conselho de Segurança da ONU. Assim, por meio da ação militar no seio da MINUSTAH e sua consecutória presença econômica e política, o contato brasileiro resultou num grande sentimento de familiaridade e disseminação de informações – muitas vezes equivocadas – acerca do país que influíram de modo determinante à escolha do Brasil pelos haitianos como destino do movimento migratório, sobretudo quando vinculado a um contexto de degradação das condições de vida da população migrante nos destinos tradicionais de sua diáspora pelo recrudescimento das leis anti-migratórias a partir dos atentados terroristas de 11 de setembro e pela eclosão de uma grave crise financeira nessas localidades. Por fim, os anos de notável desempenho econômico do Brasil no início dos anos 2000 se erigiram também como aspecto determinante para a reorientação do fluxo migratório haitiano, na medida em que as perspectivas de emprego e fácil regularização documental – pelo menos em comparação com os países desenvolvidos – se mostraram muito atrativas na conjuntura de dificuldade monetária e fechamento das fronteiras nos Estados Unidos e na Europa.

Tendo em vista a complexidade do fenômeno estudado, a presente pesquisa não logra e tampouco se propõe em ser definitiva. Contudo, apresenta um panorama geral satisfatório e que desvela, senão todos, mas alguns dos principais fatores que influenciaram na reorganização do movimento migratório haitiano.

Dentre os pontos em que se imagina que esta investigação possa mergulhar noutras oportunidades, aponta-se a necessidade de observar a forma de organização do movimento migratório após a chegada no Brasil, averiguando os níveis de inserção laboral e se a própria natureza da migração é definitiva ou transitória. Outro aspecto merecedor de detalhado escrutínio é o recorte de gênero pelo qual se organiza a diáspora haitiana, desvelando se há destinos preferenciais, modos de viagem distintos ou limite de tempo fora do

país com este viés.

As perguntas ainda são muitas, mas as respostas estão cada vez mais próximas, pois eles já estão entre nós. Desossando as aves que comemos, construindo e limpando os edifícios pelos quais circulamos, cozinhando as refeições que ingerimos e vendendo produtos que usamos. Em suma, a despeito do relativamente curto tempo em que aqui se encontram, os haitianos já se inseriram de forma profunda na malha social brasileira

O Haiti está aqui. E mesmo que daqui saia, deixa um pouco de si e leva um bocado de nós.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de; MORAES, Isaias Albertin de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. **A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios**. Revista Conjuntura Austral, Porto Alegre, v. 4, n. 20, p.95-114, out./nov. 2013.
- ALESSI, Mariana Longhi Batista. A Migração de Haitianos para o Brasil. Conjuntura Global, Curitiba, v. 2, n. 2, p.82-86, abr./jun. 2013.
- BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- BAENINGER, Rosana. **Migração Transnacional: elementos teóricos para o debate**. In: BAENINGER, Rosana et al (org). Imigração Haitiana no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. **Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p.119-143, jan./abr. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm>. Acesso em Março de 2018.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto 86.715, 10 de dezembro de 1981**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d86715.htm>. Acesso em Março de 2018.
- CARENS, Joseph H. **Aliens and Citizens: The Case for Open Borders**. In: The Review Of Politics, Paris, v. 49, n. 2, p.251-273, spring 1987.
- CAVALCANTI, Leonardo. **Imigração e mercado de trabalho no Brasil: características e tendências**. Périplos: Revista de pesquisa sobre migrações, Brasília, v. 1, n. 2, p.35-47, 2015.
- CEPAL (2009a) **La Actual Crisis Financiera Internacional Y Sus Efectos En América Latina Y El Caribe**. Disponível em: http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/35390/2009-25-Thecurrentinternationalfinancialcrisis_ESPANOL-WEB.PDF. Acesso em Março de 2018.
- CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. **Estatística CNIg Trimestre até 31/12/2014 e Resumo anual: 2011, 2012, 2013 e 2014**. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/dados-abertos/trabalho-estrangeiro/estatisticas-imigracao/conselho-nacional-de-imigracao-cnig?start=10>>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios**. Dissertação (Mestrado em História e Estudo Culturais) – Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR/RO, 2014.
- COVARRUBIAS, Humberto Márquez. **Desarrollo y Migración: Una lectura desde la Economía Política**. In: Revista Migración y Desarrollo, nº 14, primeiro semestre de 2010. Pp.

59-87.

DURAND, Jorge.. **Haity y la Salida Migratória**. In: Periódico LaJornada. Disponível em <http://www.jornada.unam.mx/2010/01/31/opinion/010a1pol>. Acesso em Março de 2018.

ESTADOS UNIDOS. United States Geological Survey (USGS). **Magnitude 7.0 - HAITI REGION**. 2013. Disponível em: <https://earthquake.usgs.gov/earthquakes/eventpage/usp000h60h#executive>. Acesso em Março de 2018.

FARIA, Andressa Vírginia de; FERNANDES, Duval. **A diáspora haitiana no Brasil: processo de entrada, características e perfil**. In: BAENINGER, Rosana et al (org). Imigração Haitiana no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

FARIA, Andressa Vírginia de. **A Diáspora Haitiana para o Brasil: o novo fluxo migratório (2010-2012)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, 2012. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_FariaAV_1.pdf. Acesso em Março de 2018.

FARIA, Maria Rita Fontes. **Migrações internacionais no plano multilateral: reflexões para a política externa brasileira**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

FATTON JR, Robert. **Haiti's predatory republic: the unending transition to democracy**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002.

FERNANDES, Duval (coord.). **Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral**. Belo Horizonte: Ministério do Trabalho e Emprego; Organização Internacional para Migração; Puc-Minas, 2014. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/trab_estrang/publicacoes.htm. Acesso em Março de 2018.

FERNANDES, Jéssica. **Operação Haiti: ação humanitária ou interesse político para o Brasil?**. Conjuntura internacional. n° 22. PUC Minas. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de Dados Países, 2018**. Disponível em: <https://pais.es.ibge.gov.br/#/pt/pais/haiti/info/sintese>. Acesso em Março de 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Taxa média anual de crescimento do PIB por período governamental 1995 – 2014**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em Março de 2018.

GRONDIN, Marcelo. **Haiti: cultura, poder e desenvolvimento**. Coleção tudo é história, n. 104. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

HANDERSON, Joseph. Diaspora. **As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Museu Nacional, 2015.

HUMAN RIGHTS WATCH (Ed.). **World Report 2011: Haiti Events of 2010**. 2011. Disponível em: <<https://www.hrw.org/world-report/2011/country-chapters/haiti>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. **Migração Haitiana para o Brasil**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/migrante/images/arquivos/resenha-de-imprensa-2013.pdf>>. Acesso em Março de 2018.

LUCE, Mathias Seibel. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003 - 2007)**. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. **Imigração Haitiana no Brasil e Remessas para o Haiti**. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. Tese (Doutorado) - Curso de Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2017.

MAIDANA, Javier Rodrigo. **Operações de paz das Nações Unidas: atuação eficaz ou falácia? : reflexões acerca de sua institucionalização**. Curitiba: Juruá, 2013.

METZNER, Tobias. **La migración haitiana hacia Brasil: estudio en el país de origen**. In: OIM. **La Migración Haitiana Hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos**. Cuadernos Migratorios N° 6. Buenos Aires: OIM, 2014.

MIGRATION POLICY INSTITUTE. **Legal Immigrants by Country of Origin 1999-2016**. Disponível em: <<https://www.migrationpolicy.org/programs/data-hub/us-immigration-trends#history>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **International Civilian Mission in Haiti**. Disponível em: <<http://www.un.org/rights/micivih/first.htm>>. Acesso em Março de 2018.

_____. **International Civilian Mission In Haiti – MICIVIH**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/micivih.htm>>. Acesso em Março de 2018.

_____. **MINUSTAH. Mandatos da MINUSTAH**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/facts.shtml>>. Acesso em Março de 2018.

PATARRA, Neide Lopes, BAENINGER, Rosana. **Migrações internacionais recentes – o caso do Brasil**. In: PATARRA, Neide Lopes (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP; 1995.

PIZARRO, Jorge Martínez. **América Latina y el Caribe: migración internacional, derechos humanos y desarrollo**. Santiago de Chile: CEPAL, 2008.

RESSTEL, Cizina Célia Fernandes Pereira. **Transnacionalismo**. In: Desamparo psíquico nos filhos de dekasseguis no retorno ao Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 53-78.

SANTOS, Fernando Damazio dos. **Imigração haitiana ao Brasil: especificidades e dispositivo de política migratória empregado pelo Estado brasileiro**. 83 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Teorias das migrações internacionais**. In: XXI ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, Caxambu. Sessão 3 – A migração internacional no final do século. Caxambu: GT de Migração, 2000.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2014.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti. Dilemas e Fracassos Internacionais**. Ijuí/RS: Editora UNIJUÍ, 2014.

_____. **De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas operações de paz**. in: O Brasil e a ONU. Brasília: FUNAG, 2008. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/621-Brasil_e_a_Organizacao_das_Nacoes_Unidas.pdf>. Acesso em Março de 2018.

_____. **Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea**. [s.l. : s.n., 200-?]. Disponível em: <[http://www.seitenfus.com.br/arquivos/elementos-diplomacia\(1\).pdf](http://www.seitenfus.com.br/arquivos/elementos-diplomacia(1).pdf)>. Acesso em Março de 2018.

SILVA, João Carlos Jarochinski. **Impactos políticos, jurídicos e sociais da migração haitiana para o Brasil**. In: BAENINGER, Rosana et al (org). Imigração Haitiana no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SILVA, Sidney Antônio da. **O Eldorado é aqui? Imigração haitiana e a política migratória brasileira**. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 28., 2 a 5 de julho, PUC-São Paulo, São Paulo, São Paulo. Anais. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_28_RBA/programacao/grupos_trabalho/artigos/gt49/Sidney%20A%20da%20Silva.pdf>. Acesso em Março de 2018.

SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. **A Política Externa brasileira nos oito anos do Governo Lula: legados e lições para a inserção do Brasil no mundo**. In: De Paula, Marilene (org.). “Nunca Antes na História desse País”...? Um balanço das políticas do Governo Lula. Rio de Janeiro – RJ: Fundação Heinrich Böll, 2011.